



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

SIDNEY PERY DA SILVA COSTA FILHO

O “SÍTIO DA PATRIMONIAL”: Uma análise sobre a outra faceta do
bairro gênese da cidade de Belém

Belém – PA

2019

SIDNEY PERY DA SILVA COSTA FILHO

O “SÍTIO DA PATRIMONIAL”: Uma análise sobre a outra faceta do
bairro gênese da cidade de Belém

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do grau de Arquiteto e Urbanista.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cybelle Salvador Miranda

Belém – PA

2019

SIDNEY PERY DA SILVA COSTA FILHO

O “SÍTIO DA PATRIMONIAL”: Uma análise sobre a outra faceta do
bairro gênese da cidade de Belém

Belém (PA), 12 de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Prof^a. Dr. Ronaldo Nonato Ferreira Marques de Carvalho

Universidade Federal do Pará
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Prof^a. MSc. Dinah Reiko Tutyia

Universidade Federal do Amapá
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Belém – PA

2019

Dedico à minha mãe por todo o seu amor, e carinho. E também a meus amigos, família que eu escolhi e cujo apoio foi e continua sendo fundamental durante os percursos desta caminhada chamada vida. Dedico, por fim, ao bairro da Cidade Velha e a seus moradores.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Silvana e Sidney, que sempre me deram todo o suporte necessário ao apoiarem minhas escolhas, sonhos e minha formação. Reconheço os privilégios que tive e, por isso, dedico todo o meu amor e gratidão a vocês. Agradeço também à minha irmã, Susan, por todo o companheirismo, e ao restante de minha família pelas palavras de incentivo e por acreditarem em mim.

À minha orientadora, Cybelle Salvador Miranda, por ter “comprado” minha ideia, mesmo quando sua cota de orientandos já havia sido atingida. Obrigado por acreditar no potencial deste trabalho e por todas as orientações, conselhos, “puxões de orelha” e por sempre estimular não somente a mim, mas a todos os orientandos a darem sempre o seu melhor.

Ao Prof. Ronaldo Marques de Carvalho, por todo o apoio e conhecimento compartilhado e também por todo o carinho. Agradeço também a Prof^a. Dinah Tutya, cujo trabalho foi essencial para que o meu adquirisse a forma atual, e por todas as orientações e conselhos.

Aos colegas do LAMEMO, que sempre me fizeram sentir acolhido e respeitado. Agradeço em especial à Larissa Leal por todo o conhecimento compartilhado, pelas dúvidas tiradas e por todas as dicas. A vocês o meu muito obrigado!

A todos os moradores do bairro da Cidade Velha entrevistados para esse trabalho, os quais dedicaram uma parcela de seu precioso tempo para me receber (muitas vezes em suas próprias casas) e responder com toda a boa vontade às minhas perguntas. Agradeço em especial ao sr. José Vasconcelos Paiva e à D. Heloísa Matias, verdadeiras “enciclopédias humanas” a respeito o bairro. Aprendi muito com todos vocês. Poder ouvi-los e “traduzir” todo esse conhecimento acumulado em um dos capítulos desse trabalho foi, para mim, uma experiência muito significativa. Obrigado!

Agradeço também a todos os técnicos do patrimônio que me receberam e que, com sua experiência e conhecimento, colaboraram de alguma forma para que esse trabalho fosse possível.

Agradeço à Ana Carolina Peck, pessoa que foi essencial em minha vida durante este ano. Obrigado por todo o apoio, observações e por me ajudar a ter uma melhor compreensão a respeito da minha própria pessoa. Se eu consegui terminar esse trabalho foi porque você foi uma das grandes responsáveis por isso.

Agradeço a todos os mestres que tive, seja durante a vida escolar ou a acadêmica. O conhecimento repassado por vocês foi essencial para que eu chegasse até aqui, e, por isso, o meu muito obrigado.

Finalmente, agradeço aos meus amigos por aturarem os meus “surto” a respeito desse trabalho, por me ouvirem falar muito sobre ele e por toda a amizade ao longo dos anos. Agradeço à Felipe Ferreira, Fernanda Cavalcante e Danielle Hantani. Obrigado por me acolherem e tornarem a faculdade uma experiência mais agradável. Também agradeço à Benielton Cássio, Dario Machado, Edlon Correa, Luiz Otávio Bastos e, em especial, à Alison Ramos, por todo o companheirismo desde o primeiro dia de faculdade até o último semestre. À Kessily Medeiros, outra grande amizade que a graduação me trouxe. Agradeço também a meus colegas de turma. Levarei as lembranças com vocês para a eternidade.

À Raquel Costa, minha melhor amiga e pessoa que muitas vezes acreditou mais em mim do que eu mesmo. Obrigado por simplesmente existir.

À Julia Rafaela e Alessandra Sampaio, que estão comigo nessa caminhada há mais de 10 anos. Agradeço também à Beatriz Souza, Amanda Nogueira e Fernanda Sampaio. Vocês sabem que são especiais. À Leonardo Coelho, que inclusive contribuiu para esse trabalho ao responder a um questionário. Sou muito grato por ter todos vocês.

À Eduardo César, uma feliz surpresa que 2019 me trouxe. Você é especial e sabe disso.

Finalmente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por me dar forças para continuar quando tantas vezes pensei em desistir.

Em suma, dedico este trabalho a todos que já passaram por minha vida e que de alguma forma contribuíram com algum ensinamento, o que me permitiu ser a pessoa que sou hoje. O meu muito obrigado a todos vocês!

Cada homem leva na mente uma cidade feita apenas de diferenças, sem figuras nem formas, e as cidades particulares a recheiam.

Ítalo Calvino

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo a análise da porção aqui designada como “a mais recente” do bairro da Cidade Velha em Belém do Pará, a qual não costuma ter o merecido destaque em produções científicas de arquitetura pelo fato de os limites abrangidos pelo recorte escolhido como objeto de estudo não conterem numerosos exemplares de edificações com interesse a preservação em relação à porção antiga. No entanto, apesar de suas diferenças em relação ao núcleo mais antigo, a área possui sua devida importância. Por meio da pesquisa bibliográfica, do levantamento fotográfico e da utilização do método etnográfico para a realização de entrevistas com moradores e técnicos do patrimônio, foi realizada uma contextualização histórica sobre a área e a caracterização das tipologias arquitetônicas e da paisagem nela existente. Ademais, foram apresentadas também as diferentes percepções dos sujeitos que atuam, de forma direta ou indireta, sobre a área. Assim, o estudo dessa parte do bairro e a compreensão do diálogo existente entre a mesma e sua porção antiga faz-se necessário para que a Cidade Velha possa ser apreendida como um todo, o qual possui múltiplas facetas.

Palavras-chave: Cidade Velha; Arquitetura Civil; Percepções; Belém – Pa.

ABSTRACT

This work aims to analyze the portion here designated as “the latter” of Cidade Velha neighborhood in Belém do Pará, which usually isn’t deservedly highlighted by architecture scientific productions due to the fact that the limits covered by the part chosen as the object of study doesn’t contain as much examples of buildings with interest to conservation as the ancient portion of the neighborhood. However, despite its differences from the older nucleus, the area has its importance. Through bibliographic research, photographic survey and the use of ethnographic method to conduct interviews with residents and heritage technicians, a historical contextualization of the area and the characterization of its architectural typologies and landscape were done. In addition, the different perceptions of the subjects who act, directly or indirectly, on the area were also presented. Thus, the study of this part of the neighborhood and the understanding about the existent dialogue between the newer and the ancient portion is necessary to make Cidade Velha be seen as a whole, which has multiple facets.

Keywords: Cidade Velha; Civil Architecture; Perceptions; Belém – Pa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Croqui mostrando a ocupação de Belém em fins do Século XVII, com a indicação do núcleo original (Bairro da Cidade) e do que configura expansão (Bairro da Campina) bem como do alagado do Piri	19
Figura 2: Projeto apresentado por Gronfelts ao governador João Pereira Caldas no qual é fortificada apenas a Cidade e não há o aproveitamento do Piri por meio de comportas.....	21
Figura 3: Projeto apresentado por Gronfelts ao governador João Pereira Caldas no qual é fortificada apenas a Cidade, não incluída a Campina, porém há o aproveitamento do Piri por meio de comportas	21
Figura 4: Projeto apresentado por Gronfelts ao governador João Pereira Caldas no qual são fortificados os bairros da Cidade e Campina e admite-se a irregularidade do Piri.....	22
Figura 5: Plano geral da Cidade do Pará em 1791, apresentado por Teodósio Constantino de Chermont ao então governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Sousa Coutinho	23
Figura 6: A outra versão do Plano geral da Cidade do Pará em 1791, com autoria de Teodósio Constantino de Chermont na qual é possível notar o traçado de ruas que passariam sobre o Piri.....	23
Figura 7: Planta do pântano chamado Piri	24
Figura 8: Av. Almirante Tamandaré em 1965, com destaque para o canal.....	26
Figura 9: Av. Almirante Tamandaré nos dias atuais	26
Figura 10: Delimitação atual do bairro da Cidade Velha (em amarelo)	27
Figura 11: A ZAU 7, onde está incluído o bairro, com seus 3 setores.....	28
Figura 12: Indicação das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEIP) em amarelo, do Centro Histórico e seu entorno (tracejado preto) e da região de orla, em marrom	29
Figura 13: A divisão da Cidade Velha pelo Canal da Tamandaré (linha amarela) em porção antiga (na cor azul) e porção recente (na cor rosa).....	31
Figura 14: Indicação das principais ruas do bairro	31
Figura 15: A capela na Vila Martins onde Cátia e seus vizinhos costumam se reunir uma vez ao mês	46

Figura 16: Anúncio com imagem aérea do complexo industrial da CATA veiculada na revista anual com programação da festa de Nossa Senhora da Conceição em Santarém (PA) no ano de 1974.....	50
Figura 17: Proposta de poligonal de tombamento do Centro Histórico e seu entorno, adotada atualmente pelo IPHAN.	53
Figura 18: O uso do solo na área	60
Figura 19: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej	61
Figura 20: Estudo de intervenção no canal da Tamandaré produzido na disciplina de ecologia urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com introdução de vegetação às margens do canal.....	62
Figura 21: O Supermercado Líder, localizado na Rua de Óbidos entre Ângelo Custódio e Carlos de Carvalho.....	63
Figura 22: Os edifícios Montreal e Evaristo de Souza (da esquerda para a direita, respectivamente), ambos localizados na Rua de Óbidos, e o Edifício Rivoli, localizado na Rua Veiga Cabral	63
Figura 23: Anexo IV da lei do centro histórico, apresentando a delimitação do mesmo (incluindo seu entorno) e os gabaritos que devem ser praticados na área	64
Figura 24: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Rua Cesário Alvim.....	65
Figura 25: O Centro Integrado de Operações (CIOP), equipamento de segurança pública localizado na Rua Cesário Alvim, ainda dentro dos limites da Cidade Velha	65
Figura 26: A Praça Carneiro da Rocha ou Praça do Arsenal de Marinha	66
Figura 27: Trecho do Portal da Amazônia	66
Figura 28: O prédio do 4º Distrito Naval de Belém e os detalhes do portal e do portão em ferro.....	71
Figura 29: O Largo do Bagé e hoje Praça Carneiro da Rocha (ou do Arsenal), ano desconhecido	71
Figura 30: Busto de Almirante Tamandaré, datado de 1947	72
Figura 31: Busto de Almirante Barroso e sua localização na Praça Heróis da Marinha	72
Figura 32: Mural de concreto com as efígies dos quatro heróis da Batalha do Riachuelo, acompanhadas por um escrito de Augusto Meira	73

Figura 33: O Atrium Quinta de Pedras Hotel	74
Figura 34: Edificações em estado de abandono localizadas próximo à Praça Carneiro Soares	75
Figura 35: Edificação que atualmente abriga uma borracharia na Rua Cesário Alvim	75
Figura 36: As mercearias: a primeira, situada na Rua do Arsenal com a de Óbidos e a segunda na Rua Cesário Alvim	76
Figura 37: O conjunto de edificações localizado na Rua Bom Jardim esquina com a Veiga Cabral. A edificação da esquina atualmente aparenta estar sem uso.....	77
Figura 38: A panificadora 16 de Novembro, localizada na avenida de mesmo nome. Ao fundo é possível notar o Ed. Rio Colorado, considerado alto para os padrões da área	77
Figura 39: As duas fachadas do conjunto	78
Figura 40: Acima, os prédios pertencentes a Justiça Militar do Estado, localizados na Av. 16 de Novembro e abaixo, o prédio que serviu como sede da Casa da Mulher, na Trav. Bom Jardim	79
Figura 41: Acima, as edificações localizadas na Av. 16 de Novembro. Abaixo, à esquerda, a localizada na Rua Veiga Cabral e à direita, a localizada na Trav. Carlos de Carvalho.....	80
Figura 42: Residência na Trav. Bom Jardim	80
Figura 43: A Villa Loriga e o detalhe da inscrição “1916” na construção.....	81
Figura 44: 1 - residências com traços de modernidade mais ligados ao <i>art déco</i> e ao protomoderno localizadas na Av. 16 de Novembro; 2 – residência situada Av. 16 de Novembro; 3 - residências com traços protomodernos na Travessa Carlos de Carvalho; 4 – tendência modernizante observada em casa também localizada na Av. 16 de Novembro.....	82
Figura 45: 1 - conjunto de casas com tendência modernizante localizadas na Rua Ângelo Custódio; 2 - duas edificações de mesma tendência localizadas na Av. 16 de Novembro; 3- ponto comercial localizado na Rua Cesário Alvim	83
Figura 46: A Vila Monte Alegre, localizada na travessa de mesmo nome.....	84
Figura 47: À esquerda, edificação protomoderna situada na Trav. Monte Alegre sendo demolida em agosto de 2019, restando apenas a fachada. À direita, nova construção sendo erguida no lugar em novembro de 2019	84

Figura 48: 1 – casa com estética Raio que o Parta localizada na Alameda Maria Luíza; 2 – casa que possui fachada com linhas geométricas localizada na Rua Veiga Cabral	85
Figura 49: Residência com características neocoloniais situada na rua Veiga Cabral esquina com a Trav. Carlos de Carvalho	86
Figura 50: Residência com características neocoloniais situada na rua de Óbidos ..	86
Figura 51: Publicidade do Café Glória feita em carro som, onde é possível ler “Beba Café Glória”	87
Figura 52: A sede do antigo Café Glória, localizado na Rua de Óbidos.....	88
Figura 53: Vista do interior do complexo, onde é possível observar melhor a construção principal	88
Figura 54: Vista do jardim outrora bem cuidado do Café	89
Figura 55: Portal de entrada da Vila São Martinho.....	89
Figura 56: Edificações protomodernas demolidas localizadas na Travessa Bom Jardim	90
Figura 57: Edificação eclética demolida em agosto de 2004 localizada na Rua de Óbidos.....	90
Figura 58: Classificação das edificações existentes no recorte que possuem interesse à preservação pela FUMBEL de acordo com o estilo arquitetônico	91
Figura 59: Classificação das edificações existentes no recorte que possuem interesse à preservação pela FUMBEL de acordo com seu status.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 UM BAIRRO, DIFERENTES FACETAS.....	16
1.1 UM BREVE HISTÓRICO	16
1.2 OS NÚCLEOS INICIAIS E O ALAGADO DO PIRI	17
1.3 DELIMITAÇÃO ATUAL	27
2 UM BAIRRO, DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	32
2.1 CONCEITOS	32
2.2 O <i>FLÂNEUR</i> E A ETNOGRAFIA DE RUA.....	36
2.3 LEMBRANÇAS DE OUTROS TEMPOS	38
2.4 INSEGURANÇA, ALAGAMENTOS E OUTROS PROBLEMAS	44
2.5 O OLHAR DOS TÉCNICOS x O DA POPULAÇÃO	52
3 A “NOVA” CIDADE VELHA	59
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	59
3.2 A ARQUITETURA EXISTENTE NA ÁREA.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

O bairro da Cidade Velha pode ser considerado como a gênese da Cidade de Belém pelo fato de, em 1616, ter sido o local no qual os colonizadores portugueses que aqui aportaram fundaram o núcleo inicialmente batizado de Feliz Lusitânia, o qual posteriormente cresceu e tomou as proporções hoje conhecidas (MIRANDA, 2006). No entanto, a ocupação do bairro enfrentou, por muito tempo, um entrave, representado pelo alagado do Piri, que constituía em uma área alagada e pantanosa (ARAÚJO, 1998). Somente após a realização de obras como o ensecamento do Piri, com a abertura de novas vias (CRUZ, 1973) e a construção do Dique da Estrada Nova (DEN) em 1944 (SANTOS, 2016), é que uma outra porção do bairro pôde ter sua ocupação favorecida. A porção, de ocupação relativamente atual, é aqui referida como a “mais recente” do bairro, e, como sua característica principal, é possível citar o fato de a mesma estar ainda passando por um intenso processo de transformação em sua arquitetura e paisagem.

Ademais, a referida porção é, na maioria das vezes, negligenciada em relação às produções científicas realizadas a respeito da arquitetura do bairro pelo fato de os limites abrangidos pelo recorte não concentrarem uma grande quantidade de exemplares de imóveis com interesse à preservação pelos órgãos preservacionistas. A predominância de sítios com estimado valor patrimonial existentes na parte mais antiga, onde foi originada a ocupação, costuma ser responsável por definir a Cidade Velha como um todo, mesmo que tais diferenças entre as referidas partes existam. Assim, conceder destaque ao referido recorte como forma de atestar a sua importância faz-se necessário.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é estudar a paisagem e as dinâmicas que ocorrem no espaço citado como a porção mais recente do bairro da Cidade Velha, sobre a qual usualmente não é concedido destaque. Especificamente, procura-se compreender como é efetuado o diálogo entre a parte mais recente e a mais antiga do bairro e de que forma ele se torna possível. Ademais, será feita a caracterização e análise da paisagem e das tipologias arquitetônicas existentes na área, bem como da forma com a qual a mesma é ocupada e usufruída pelos residentes e usuários de seus serviços. Por fim, serão apresentadas as percepções de técnicos e moradores a

respeito do mesmo objeto (o recorte estudado) e em que pontos elas divergem ou se assemelham.

Quanto aos métodos e técnicas de pesquisa utilizados para a realização do trabalho, tem-se o uso da pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de promover uma contextualização histórica a respeito do bairro e compreender a relação existente entre o novo e o antigo. O levantamento fotográfico também foi um recurso adotado com o objetivo de apresentar as diferentes tipologias arquitetônicas existentes no recorte.

Ademais, foi adotado o uso da etnografia de rua de acordo com as autoras Rocha e Eckert (2001) como forma de estabelecer contato com moradores e, por meio da documentação de seus depoimentos, extrair apreensões a respeito das vivências e experiências dos mesmos no espaço e como tais indivíduos se relacionam com o local em que habitam. A entrevista com técnicos do patrimônio também foi importante no sentido de estabelecer um contraponto em relação às percepções de diferentes indivíduos a respeito do mesmo objeto de estudo. Por fim, foi realizada a visita a órgãos como a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a fim de estabelecer contato com os técnicos e obter informações e documentos pertinentes à pesquisa.

O primeiro capítulo do trabalho realiza uma contextualização histórica do bairro desde o período de sua fundação até o século passado. Apresenta também alguns dados relativos à legislação urbana e patrimonial prevista para a área. O segundo realiza a conceituação de alguns termos pertinentes ao estudo e apresenta os depoimentos extraídos da oralidade em entrevista com os moradores e também com os técnicos do patrimônio, mostrando seus diferentes pontos de vista a respeito do bairro e do recorte aqui abordado.

Finalmente, o terceiro capítulo promove uma conceituação a respeito dos estilos arquitetônicos existentes nas edificações da porção estudada e apresenta o bairro na atualidade, com a demonstração das diferentes tipologias encontradas na área por meio de imagens, a descrição das características mais relevantes das edificações e uma breve contextualização histórica a respeito de algumas delas.

1 UM BAIRRO, DIFERENTES FACETAS

1.1 UM BREVE HISTÓRICO

A importância que o bairro da Cidade Velha representa está relacionada ao fato de o mesmo ter originado o que hoje conhecemos como a cidade de Belém. Comandada pelo capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco, uma expedição constituída por três embarcações e 150 homens partiu de São Luís do Maranhão no natal de 1615 e aqui desembarcou em 12 de janeiro de 1616. A expedição foi realizada com o intuito de evitar que os franceses, que fundaram São Luís, ocupassem também o Pará e o Amazonas (CRUZ, 1973).

Assim, os portugueses fundaram o pequeno núcleo inicialmente batizado de Feliz Lusitânia e que à época compreendia apenas o Forte do Presépio (denominação atribuída devido à data de início da expedição) e a capela de Nossa Senhora da Graça. O forte consistia, inicialmente, em uma estrutura rudimentar de madeira com cobertura em palha (MIRANDA, 2006).

Tomando como ponto de partida o Forte, os colonizadores abriram os caminhos que futuramente originaram as primeiras ruas da cidade. Estas estavam localizadas entre a Praça d'Armas e a atual Igreja do Carmo. A primeira delas foi batizada Rua do Norte (hoje Siqueira Mendes), situada paralelamente à Baía do Guajará. Paralelas à primeira rua, posteriormente foram abertas mais três: a Rua do Espírito Santo (atual Dr. Assis), a Rua dos Cavaleiros (atual Dr. Malcher) e a de São João (hoje Tomásia Perdigão), a qual termina em frente à igreja e largo de mesmo nome (SARGES, 2010, p.65).

As ruas do bairro foram inicialmente batizadas com nomes de municípios paraenses que, por sua vez, possuíam nomes de cidades portuguesas. Algumas das ruas ainda possuem a mesma denominação até os dias atuais como a Gurupá, Cametá, Breves e Monte Alegre (as últimas duas localizadas na porção mais recente do bairro). Já outras tiveram seus nomes originais substituídos pelo de pessoas que se destacaram na vida política ou comercial da cidade (CRUZ, 1973, p. 51).

Posteriormente chamado de Santa Maria de Belém do Pará ou Nossa Senhora de Belém do Pará, o núcleo foi elevado a Capitania do Grão-Pará. Em 1621, o Rei Filipe II cria o estado do Maranhão, que passa também a incluir os territórios do

Piauí, Pará e Amazonas (o qual à época era chamado de Comarca do Rio Negro). Por meio de um decreto, Maranhão e Grão-Pará passaram a constituir um estado autônomo, independente do Governo Geral do Brasil (CRUZ, 1973).

Em 1652, com a supressão do Governo Geral, o Pará torna-se independente do Maranhão. No entanto, a partir de 1754 torna a depender novamente do governo de São Luís. Ulteriormente é estabelecido um governo em Belém e outro no Maranhão, dependente do paraense. Em 1772, com a assinatura de outro decreto, os dois governos são novamente separados, o que se efetiva somente três anos depois, com o Pará passando ter domínio também sobre a Comarca do Rio Negro (CRUZ, 1973, vol. I, p. 137).

Devido à grande influência de Portugal, o Pará foi o último dos territórios brasileiros existentes até então a reconhecer a Independência do Brasil, algo que ocorreu somente em 15 de agosto de 1823, quase um ano após a proclamação da independência. A data, lembrada até os dias atuais, marca a adesão do Estado do Pará à Independência do país (CRUZ, 1973).

Assim, é possível perceber que falar sobre a origem e fundação de Belém sem citar o bairro da Cidade Velha se constitui em uma tarefa impossível. A Belém que hoje conhecemos surgiu a partir daquele pequeno núcleo urbano inicial e, portanto, conhecer a história do bairro nos ajuda a compreender melhor não somente o processo de evolução da cidade como também do estado do Pará.

1.2 OS NÚCLEOS INICIAIS E O ALAGADO DO PIRI

A paisagem inicialmente encontrada naquele primitivo núcleo citadino compreendia uma malha urbana constituída por ruas estreitas com quadras compostas por lotes delgados bem como edificações sem recuos laterais. Tais edifícios possuíam uma arquitetura singela, com predominância de casas térreas e a presença de largos em frente aos edifícios religiosos (IPHAN, 2019). Posteriormente (a partir de 1804), as ruas existentes foram “assinaladas com uma inscrição alva em campo negro do respectivo nome nas esquinas e os edifícios distintos pelo número escrito na verga da porta à semelhança das denominações das ruas” (BAENA, 1839, p. 234).

O Piry de Juçara constituía “um igarapé longo e tortuoso” (CRUZ, 1973, vol I, p. 39), situado a nordeste e que se ligava a Baía do Guajará por um igarapé (SANTOS, 2016). O Piri representava um elemento geográfico relevante por conta de sua extensão: 1320 metros de largura por 600 de comprimento, enquanto que a área da cidade na época era de 1500 metros de comprimento por 750 de largura (SANTOS, 2016). Tal extensão, segundo Sarges (2010, p. 74), possibilitava já no fim do século XVII a divisão da cidade em dois núcleos: o da “Cidade”, junto ao Forte do Presépio, e o da “Campina”, em torno da Rua dos Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo) (ig. 1). A expansão urbana ocorreu a partir de concessões a colonos portugueses e ordens religiosas (SARGES, 2010).

A “Cidade” surgiu a partir da Freguesia da Sé e a “Campina”, a partir da Freguesia de Senhora Santa Anna da Campina, com a segunda se tornando mais populosa em relação à primeira (BAENA, 1834). A Rua de São Mateus, posteriormente nomeada Padre Eutíquio, funcionava como uma divisa dos bairros da Cidade e da Campina (CRUZ, 1992, p. 15).

O Piri, como afirma Araújo (1998, p. 247), “era uma área baixa, pantanosa, que se transformava num lago na estação das cheias e no verão secava”. A grande amplitude que o alagadiço possuía fez com que o padre jesuíta João Daniel distinguisse a extensão de Belém em Oeste do Piry (Cidade) e Leste do Piry (Campina) (PENTEADO, 1968, p. 113). O bairro da Cidade estava situado em um terreno praticamente plano, com uma cota de aproximadamente 7 metros, enquanto que a Campina estava situada em um terreno mais baixo (ARAÚJO, 1998).



Figura 1: Croqui mostrando a ocupação de Belém em fins do Século XVII, com a indicação do núcleo original (Bairro da Cidade) e do que configura expansão (Bairro da Campina) bem como do alagado do Piry. Fonte: <https://xipaia.wordpress.com/2009/11/08/siqueira-mendes-no-inicio-rua-do-norte/>. Acesso em 16 ago. 2019.

A floresta tropical cobria as extensões de terra existentes além do núcleo, sendo os lugares suburbanos mais afastados, onde existiam as “rocinhas”¹, acessados por caminhos que adentravam a mata virgem. Tais caminhos se transformaram em estradas e, posteriormente, no que hoje conhecemos como algumas das avenidas de Belém (PENTEADO, 1968, p. 115).

Devido sua grande extensão, por muito tempo o Piry se constituiu em um entrave para o crescimento da cidade, já que impedia a integração entre os bairros da Cidade (como era chamada a Cidade Velha) e da Campina. Ademais, estava envolto em questões sanitárias e de abastecimento de água. Segundo Cruz:

O Piry quando descia do Arsenal de Marinha bifurcava-se no Ver-o-Peso. Um dos veios d’água passava à esquerda do Palácio da Residência, estendendo-se pelo flanco direito das ruínas do Teatro, onde está hoje edificado o Palácio da Prefeitura, prolongando-se através do caminho que atravessava a área onde fica atualmente o Quartel dos Bombeiros, até juntar-se com a grande vala do Arsenal (CRUZ, 1973, vol. I, p. 257).

Cruz (1973) ressalta ainda que o Piry foi cogitado pelo engenheiro alemão Gaspar Gerardo Gronfelts a ser aproveitado junto com os igarapés do Reduto e o Cruz das Almas, para um projeto de “aformoseamento” da cidade, o que dotaria Belém de

¹ Rocinha era uma casa de campo ampla e avarandada, edificada no centro do terreno onde predominavam árvores frutíferas (SARGES, 2010, p. 209).

uma “beleza maior que a adriática Veneza, tão celebrada”. O plano era de criar canais, ao invés de aterrar o Piri.

O projeto, apresentado ao então governador João Pereira Caldas em 1773, possuiu duas versões: uma na qual apenas o núcleo do bairro da Cidade seria murado (figuras 2 e 3) e outra na qual os bairros da Campina e Cidade seriam cercados por uma muralha (fig. 4). O aproveitamento do Piri como um lago permanente seria feito de forma que, com a criação de comportas, seu volume de entrada e saída de água fosse controlado (ARAÚJO, 1998).

O plano de amuralhamento do núcleo urbano existente até então remete ao contexto inicial da fundação de Belém, no qual um forte foi erguido com o intuito de proteger a cidade. A intenção de tal plano era também aproveitar o desenho urbano do núcleo. No entanto, a proposição apresentava-se antiquada ao contexto do final do século XVIII que Belém vivenciava, visto que significaria uma restrição ao crescimento da cidade (ARAÚJO, 1998, p. 247 - 251).

Ademais, Gronfelts sugeriu o loteamento das margens do lago para a instalação de casas, afirmando ainda que “todo o perímetro do lagamar e as entradas para ele deviam ter um cais de pedra todo cingido de uma ala de árvores fecundas entremeadas de árvores de ornato [...]” (PENTEADO, 1968, vol. I, p. 113). Apesar de sua não execução por se tratar de um projeto dispendioso, constituiu a primeira vez na qual foi dado destaque ao elemento e obstáculo natural representado pela existência do lago, o que permitiu posteriormente que os responsáveis pelas decisões de cunho urbanístico em Belém voltassem sua atenção a essa questão (ARAÚJO, 1998).

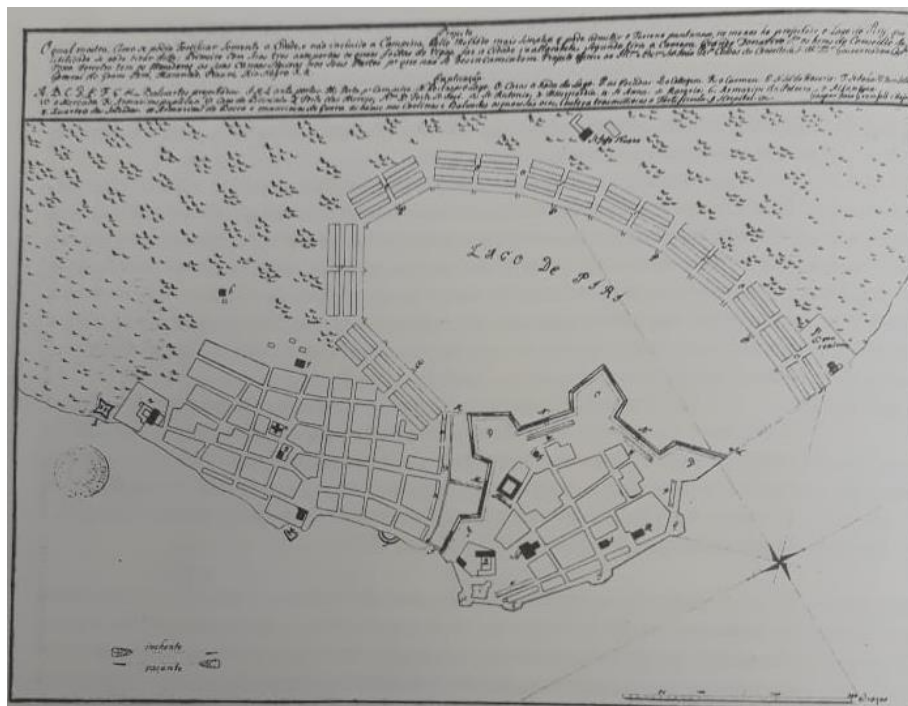


Figura 2: Projeto apresentado por Gronfelts ao governador João Pereira Caldas no qual é fortificada apenas a Cidade e não há o aproveitamento do Piri por meio de comportas. Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Ms. 771.59 B.41./ ARAÚJO, 1998, p.248.

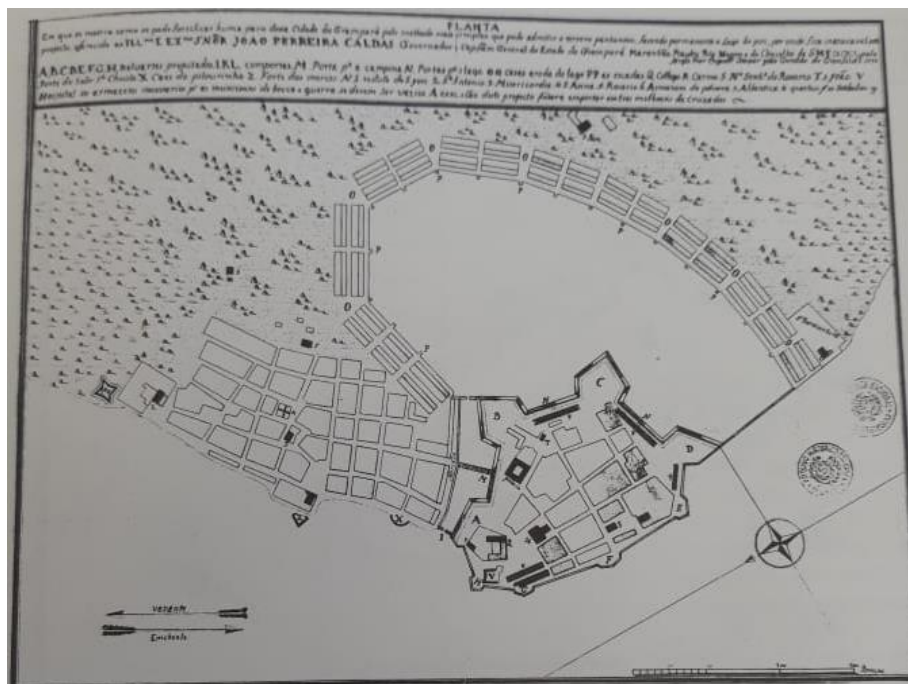


Figura 3: Projeto apresentado por Gronfelts ao governador João Pereira Caldas no qual é fortificada apenas a Cidade, não incluída a Campina, porém há o aproveitamento do Piri por meio de comportas. Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Ms. 771.59 B.41./ ARAÚJO, 1998, p.249.

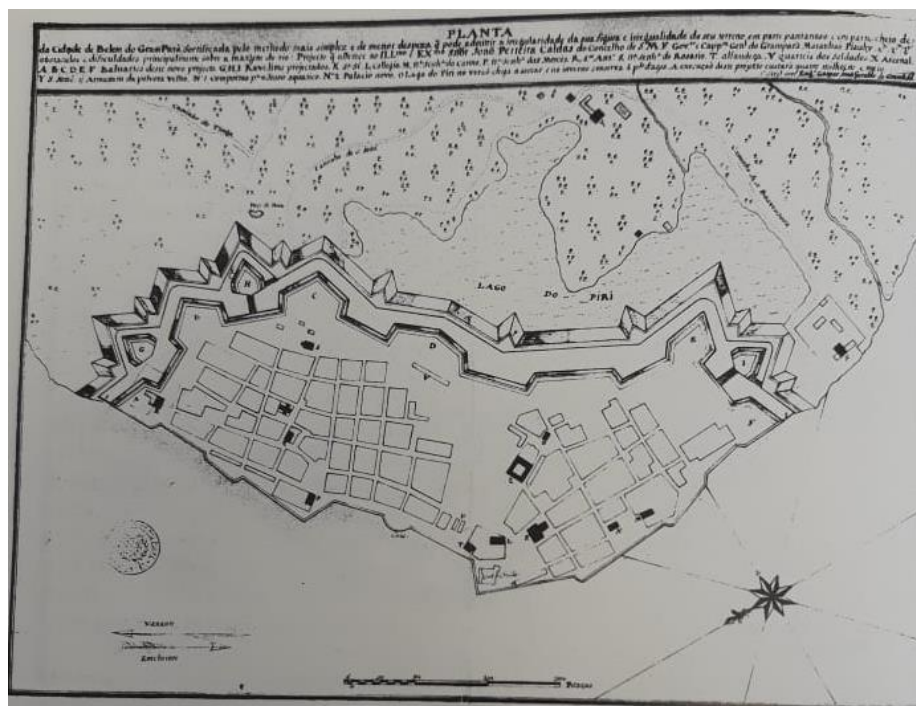


Figura 4: Projeto apresentado por Gronfelts ao governador João Pereira Caldas no qual são fortificados os bairros da Cidade e Campina e admite-se a irregularidade do Piri. Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Ms. 771.59 B.41./ ARAÚJO, 1998, p.250.

O processo de dessecamento do Piri, no entanto, começou em 1779, com uma primeira parte. Nessa primeira fase foram construídos na área em questão o Palácio dos Governadores (Palácio Lauro Sodré) e o Largo do Palácio (Praça Felipe Patroni) (SANTOS, 2016). Outro projeto para o Piri foi o do engenheiro Teodósio Constantino de Chermont, que em 1791 apresenta ao então governador do estado D. Francisco de Sousa Coutinho duas versões de uma planta da cidade de Belém, ambas intituladas “Plano Geral da Cidade do Pará em 1791” (figuras 5 e 6). Nos documentos apresentados, estão indicados os poços utilizados pela população para o abastecimento de água, bem como o local onde se pretendia construir o reservatório municipal (ARAÚJO, 1998).

O plano para o Piri era o de construção de valas para o escoamento de suas águas (fig. 7). Mapas elaborados por Chermont mostram ruas que seriam feitas sobre as valas (ARAÚJO, 1998). A concretização do projeto ocorreu no século XIX, época em que estava no poder o Conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito.



Figura 5: Plano geral da Cidade do Pará em 1791, apresentado por Teodósio Constantino de Chermont ao então governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Sousa Coutinho. Fonte: ARAÚJO, 1998, p. 255.



Figura 6: A outra versão do Plano geral da Cidade do Pará em 1791, com autoria de Teodósio Constantino de Chermont na qual é possível notar o traçado de ruas que passariam sobre o Piri. Fonte: ARAÚJO, 1998, p. 256.

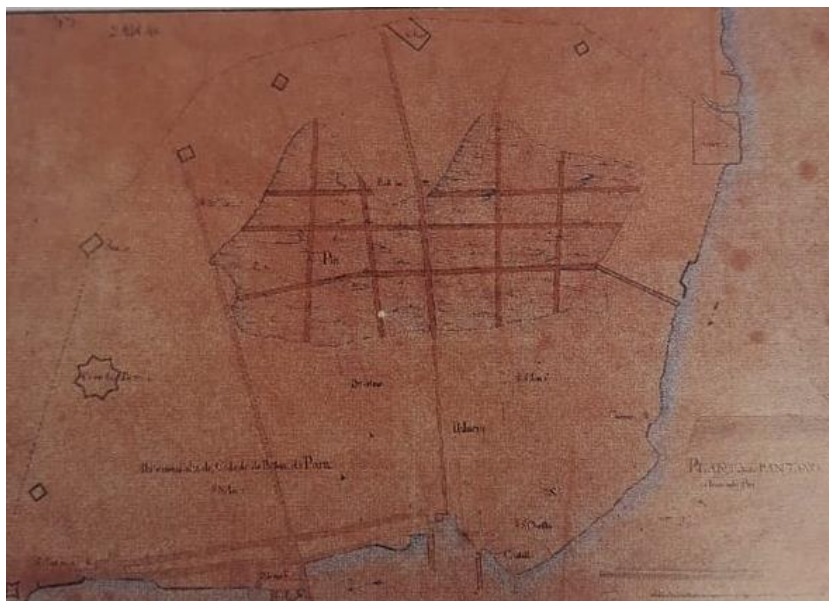


Figura 7: Planta do pântano chamado Piri. João R. Nogueira. AHE. RJ M5. GI. 021.C10. Fonte: Fonte: ARAÚJO, 1998, p. 257.

Na segunda fase do dessecamento, a partir de 1803, a área abrangida englobou o Arsenal de Marinha, a Igreja da Trindade e o Ver-o-Peso. Com o aterramento do Piri foi possível também que surgissem as estradas das Mongubeiras (Avenida Almirante Tamandaré) (figuras 8 e 9) e de São José (16 de Novembro); o Horto Público (instalado no terreno outrora pertencente ao Convento de S. José) e o Jardim Botânico. Da mesma forma, outras ruas e travessas foram surgindo à medida que a câmara municipal ordenava o secamento do Piri (CRUZ, 1973, p. 257).

Outro fato que merece destaque é a construção do Dique de Belém ou Dique da Estrada Nova (DEN) em 1944, obra possível devido aos Acordos de Washington², em que os EUA, por conta do interesse geoestratégico que possuíam no Atlântico Sul, estimularam não somente a construção do dique como também da Base Aérea de Val-de-Cães (SANTOS, 2016). O dique foi inaugurado pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e consistia em aproximadamente 6,5 km situados paralelos à orla do Rio Guamá.

² Os Acordos de Washington ocorreram pelo fato de os EUA precisarem do apoio do Brasil e outros países americanos após seu ingresso na 2ª Guerra Mundial, em 1941. Uma das medidas, dentre outras, foi o estabelecimento de políticas protecionistas quanto ao preço da borracha produzida na Amazônia, matéria-prima necessária à indústria pneumática bélica (SANTOS, 2016).

Foi implantada junto a ele a Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão), construída no topo do dique, a cerca de 4 metros de altura. A avenida possui uma extensão que liga o primeiro portão da Universidade Federal do Pará (UFPA), no bairro do Guamá, ao Arsenal de Marinha, localizado no bairro da Cidade Velha (ARAÚJO JR., 2013). A obra permitiu realizar a drenagem de áreas da orla suscetíveis a alagamentos (baixadas) e impedir a proliferação de insetos e doenças como a malária, por exemplo. Ademais, permitiu o crescimento urbano dos bairros do Jurunas, Condor, Guamá e, conseqüentemente, de parte da Cidade Velha, diretamente influenciados pela construção do dique (SANTOS, 2016).

Na década de 1950, foi realizada pela Prefeitura de Belém uma grande obra de saneamento na capital, dispondo alagados dos bairros da Cidade Velha, Campina e Jurunas sob a influência do Canal da Tamandaré, o primeiro a ser assentado, sendo mantido aberto. Cabe ressaltar que o referido canal é um dos 20 cursos d'água que, dentre os 68 existentes na Cidade, se encontram urbanizados e saneados (BELÉM, 2016).

Concomitantemente, por volta da década de 50 e também durante a de 60, é possível observar uma estagnação econômica e evasão de parte dos habitantes da Cidade Velha “histórica”, algo que contribuiu para exacerbar o processo de descaracterização arquitetônica da área e seu esvaziamento (TUTYIA, 2010). Tais fatos certamente conduziram à configuração da paisagem existente no bairro para além do Canal da Tamandaré.

A relação que o bairro da Cidade Velha possui com o rio, desde os primórdios de sua fundação até os dias atuais é inegável. A parte “histórica” do bairro concentra ainda várias lojas de artigos de pesca bem como o chamado Beco do Carmo, localizado ao lado da igreja de mesmo nome. O Beco é um local situado às margens do Rio Guamá e no qual muitos indivíduos vindos do interior estabeleceram sua moradia. Assim, como apontado por Mergulhão (2014), no contexto amazônico, o rio é o elemento natural que configura o principal elo entre cidades ou entre indivíduos, culturas, projetos, dentre outros. Contudo, com o desenvolvimento dos centros urbanos e os interesses políticos e econômicos vigentes, o homem se apropria dos recursos naturais, o que pode conduzir a uma relação conflitante entre homem e natureza, na qual pode haver a negação dos elementos naturais e desequilíbrio da

paisagem existente. Tal negação pode ser relacionada ao caso do Piri, aterrado em nome do desenvolvimento.

Todos os acontecimentos anteriormente citados colaboraram para a posterior expansão não somente do bairro da Cidade Velha, como o núcleo da Cidade passou a ser conhecido com o tempo, mas do município de Belém. Assim, é possível compreender como foi possível que a Cidade Velha passasse a abranger também um território situado além do que hoje conhecemos como a Avenida Almirante Tamandaré e como a porção situada após o canal da referida avenida representa outra faceta existente dentro do mesmo bairro.



Figura 8: Av. Almirante Tamandaré em 1965, com destaque para o canal. Fonte: Nostalgia Belém/ Acervo de Rogério Neves Jr., 2019.



Figura 9: Av. Almirante Tamandaré nos dias atuais. Fonte: Sidney Pery, 2019.

1.3 DELIMITAÇÃO ATUAL

A primeira delimitação do bairro da Cidade Velha remete à Lei nº 6.307 de 1967, que, no entanto, foi revogada pela lei nº 7.245/84, que à época delimitava as áreas que compunham os 20 bairros da cidade de Belém. A atual configuração do bairro (fig. 10) é baseada na Lei nº 7.806/96, que considera a Cidade Velha como um dos bairros que integram o Distrito Administrativo de Belém, o qual corresponde a um dos oito distritos administrativos do município³ definidos a partir do Plano Diretor do Município de Belém.

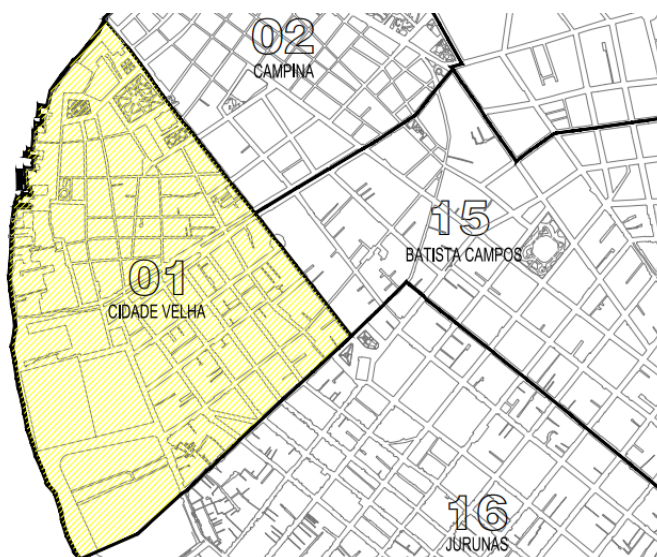


Figura 10: Delimitação atual do bairro da Cidade Velha (em amarelo). Fonte: Sidney Pery, 2019.

A atual legislação em vigor inclui, por meio do Plano Diretor, o bairro da Cidade Velha na Zona de Ambiente Urbano 7 (ZAU 7) (fig. 11), dividida em 3 setores, cada qual com suas características, objetivos e diretrizes próprios.

³ Atualmente o Município é composto por 71 bairros.

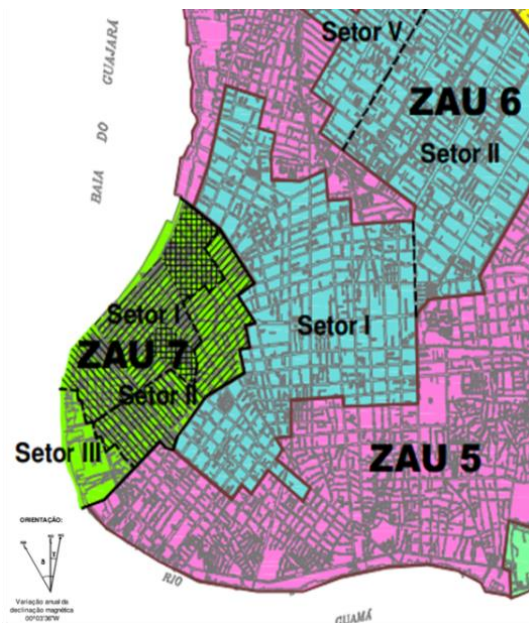


Figura 11: A ZAU 7, onde está incluído o bairro, com seus 3 setores. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2008, com modificações feitas pelo autor.

O Setor I corresponde à porção “histórica” do bairro, que desempenha tradicionalmente função de centro comercial, administrativo, de serviços e portuário. É reconhecida por possuir infraestrutura consolidada; mobilidade reduzida; degradação paisagística e ambiental; edificações históricas descaracterizadas, e grande número de imóveis desocupados e subutilizados (BELÉM, 2008).

Algo relevante a ser citado sobre o Setor I é que o mesmo concentra os principais sítios e edificações que remontam ao período da fundação de Belém como os Palácios Antônio Lemos (Sede do Museu de Arte de Belém) e Lauro Sodré (Sede do Museu do Estado do Pará) e o atual Complexo Feliz Lusitânia; composto pelo Forte do Presépio e Casa das Onze Janelas, Praça Frei Caetano Brandão, Igrejas da Sé e a de Santo Alexandre (a qual abriga o Museu de Arte Sacra). No referido setor é possível encontrar uma concentração maior de exemplares da arquitetura civil que remetem ao período colonial (em geral, os famosos casarões). Por conta de sua herança colonial portuguesa, tais imóveis possuem caráter de interesse a preservação pelos órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio cultural material (TUTYIA, 2013, p. 73).

Ademais, a mencionada região é limitada pela Avenida Portugal, parte da Avenida 16 de Novembro e uma área de orla que se estende até o canal da Avenida Almirante Tamandaré, elemento que funciona como um limite físico e geográfico, dividindo o bairro em duas partes (LYNCH, 1982). Essa porção mais antiga da Cidade Velha é regulamentada pela lei 7.709/94⁴ como integrante do Centro Histórico de Belém (CHB) (fig. 12).

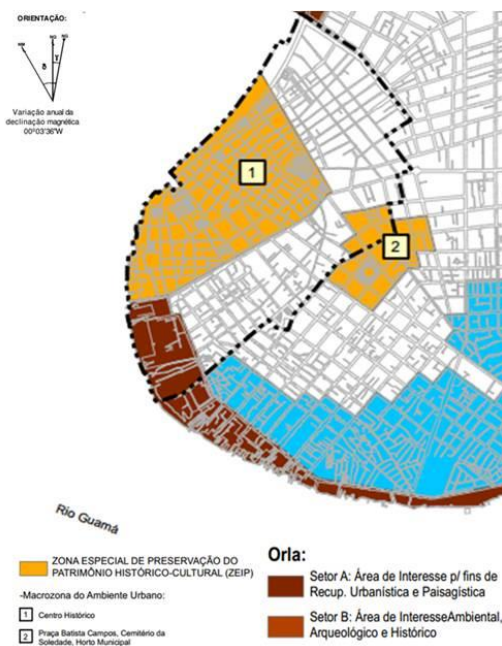


Figura 12: Indicação das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEIP) em amarelo, do Centro Histórico e seu entorno (tracejado preto) e da região de orla, em marrom. Fonte: Plano Diretor do Município de Belém, 2008, com modificações feitas pelo autor.

O Setor II é a área que corresponde ao enfoque do trabalho e também integra o entorno do centro histórico como delimitado pela lei 7.709/94. É caracterizada pelo Plano Diretor como uma zona de transição entre o Centro Histórico e o restante da cidade. É caracterizado pelo uso misto; predomínio de ruas estreitas; diversidade arquitetônica com tendência à renovação pelo processo de verticalização da

⁴ A lei 7.709/94, também conhecida como Lei do Centro Histórico, dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do Município de Belém e dá outras providências. A poligonal do Centro Histórico de Belém inclui parte do bairro da Cidade Velha, todo o bairro da Campina e parte de Batista Campos. O entorno do CHB inclui a outra porção da Cidade Velha e parte dos bairros de Nazaré e do Reduto. A poligonal do CHB e entorno criada em função desta lei é utilizada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL).

ocupação do solo e degradação dos imóveis históricos. Alguns de seus objetivos são requalificar, preservar e conservar os imóveis históricos; manter a ambiência e legibilidade no entorno imediato de imóveis, conjuntos ou quadras de interesse à preservação e melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade na área (BELÉM, 2008).

Como diretrizes para a área, estão previstas a recuperação, preservação e conservação dos imóveis históricos; o incentivo à manutenção de padrões morfológicos que assegurem a escala e proporção de conjuntos urbanos e edificações de interesse à preservação; o controle do processo de adensamento construtivo e da implantação de empreendimentos potencialmente geradores de tráfego; além da garantia do direito de veiculação de informação sem promoção da poluição visual e sonora (BELÉM, 2008).

A delimitação do setor II pode ser identificada iniciando após o canal da Tamandaré, sendo demarcada pelas avenidas Almirante Tamandaré e 16 de novembro, bem como por uma área de orla que se estende até o encontro com a Rua Cesário Alvim, fazendo fronteira com o bairro do Jurunas. Quanto ao referido setor, é possível observar também uma predominância de edificações construídas em um período mais atual. Classificados como “renovação”; são imóveis que não possuem interesse à preservação, onde em seu lugar é possível a construção de uma nova edificação (TUTYIA, 2013, p. 4). Apesar disso, existem ainda alguns exemplares que possuem o aspecto característico da primeira parte do bairro, com a predominância do estilo eclético nas edificações.

Já o Setor 3 da ZAU 7 consiste em uma zona de orla fluvial, caracterizada por ocupação desordenada, habitações e infraestrutura precárias, com atividades portuárias privadas tradicionais, degradação ambiental, risco social e presença de edificações históricas (BELÉM, 2008).

Assim, a majoritariedade de construções extemporâneas à época de fundação da cidade na parte “nova” (situada após o canal) é responsável por conferir contemporaneidade a um bairro tido como “antigo” devido ao seu histórico. Tal fato contribui para a criação de uma paisagem que se difere em relação à encontrada na porção situada antes do canal, que também conta com imóveis de renovação, embora o caráter “colonial” e “histórico” predomine. Destarte, é possível identificar

dentro de um mesmo bairro, uma heterogeneidade quanto às paisagens existentes, de forma que se torna possível dividi-lo em dois, como apresentado na figura 13:

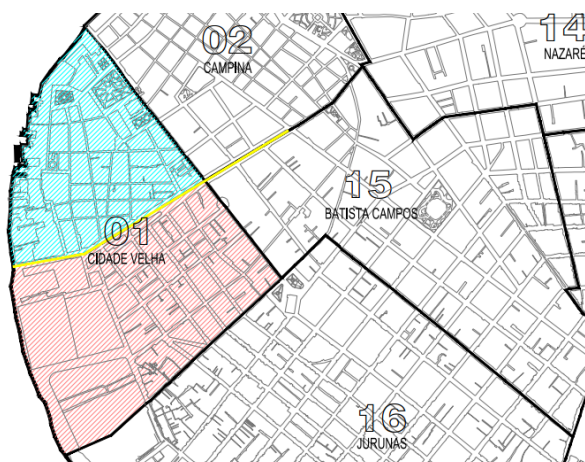


Figura 13: A divisão da Cidade Velha pelo Canal da Tamandaré (linha amarela) em porção antiga (na cor azul) e porção recente (na cor rosa). Fonte: Sidney Pery, 2019.

As principais vias da porção que chamaremos de “recente” do bairro são: Avenida 16 de Novembro, Avenida Almirante Tamandaré, Rua de Óbidos e Rua Cesário Alvim. Outras vias como a Veiga Cabral e Ângelo Custódio também desempenham um importante papel na hierarquia viária do referido recorte (Fig. 14).



Figura 14: Indicação das principais ruas do bairro. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2019.

2 UM BAIRRO, DIFERENTES PERSPECTIVAS

2.1 CONCEITOS

O professor e geógrafo Marcelo Lopes de Souza afirma que os bairros de uma cidade são “regiões em miniatura” e, como forma de justificar as semelhanças existentes entre “bairro” e “região”, o mesmo aponta três critérios (ou conteúdos) comuns a ambos. São eles: o *conteúdo composicional*, relativo à composição de classe de um bairro ou atividades econômicas e morfologia espacial; o *conteúdo interacional*, referente às interações estabelecidas entre indivíduos e grupos, as quais determinam ou não a centralidade existente em um determinado espaço; e o *conteúdo simbólico*, que corresponde à imagem que um bairro transmite como espaço percebido e vivido (SOUZA, 2013).

A comparação feita pelo autor nos conduz à conceituação do termo “região” e, conseqüentemente, “área”, questão que vem sendo e ainda é tema de vários debates na geografia. Dentre as definições apresentadas, é possível destacar as dos geógrafos Paul Vidal de la Blache (francês) e Richard Hartshorne (estadunidense), que contrapõem “região” e “área”.

A região, segundo la Blache, é uma porção espacial concreta, que independe de nossa consciência para existir. Já a área, segundo Hartshorne, corresponde a porções espaciais abstratas, construções mentais em resposta às nossas necessidades analíticas em função da realidade. A região, para se constituir efetivamente em uma deve apresentar particularidades que a dotam de um caráter único (SOUZA, 2013).

Contudo, apesar das definições apresentadas, o conceito de região varia de acordo com as realidades histórico-geográfico-culturais de cada lugar. No caso do Brasil, um país multicultural que conta com uma extensão continental, a forma como os habitantes de uma região identificam o tamanho da mesma e seus limites varia, fazendo, por exemplo, com que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), adote os conceitos de macro e microrregiões. Dessa forma, podemos falar do sentimento de identidade regional que pode ser criado, fazendo com que as regiões ultrapassem as fronteiras dos recortes “arbitrariamente definidos em gabinete”, como afirmado pelo autor.

Regiões, identidades regionais e regionalismos podem ser manipulados e influenciados por quem detém algum tipo de poder, seja ele econômico ou político. Da mesma forma, bairros também podem sofrer tal processo, podendo até mesmo ter seus limites ampliados de acordo com interesses, por vezes dos próprios moradores, por conta da especulação imobiliária. Os bairros massificados estão longe de serem os melhores representantes de grupos primários, mas a partir deles é possível entender melhor os conflitos sociais e individuais pelos quais os indivíduos passam. Por meio deles é possível também coletar amostras com o objetivo de analisar fenômenos sociais. Souza classifica as residências unifamiliares como “nanoterritórios” (SOUZA, 2013).

Assim, por conta de sua complexidade, os bairros representam uma vasta gama de universos particulares, visto que cada indivíduo possui uma percepção diferente sobre a cidade e sua paisagem devido a seus antecedentes, temperamentos, classes e ocupações distintas; em suma, devido a sua vivência e história de vida. As pessoas adaptam o seu meio ambiente e constroem uma estrutura e identidade a partir daquilo com que se deparam. O mecanismo perceptual humano é adaptável de forma que cada grupo de sujeitos consegue distinguir as partes de uma paisagem, aperceber-se delas e atribuir significado a pormenores significativos (LYNCH, 1982).

A criação da imagem ambiental é um processo duplo entre observador e observado. Aquele que se vê é baseado na forma exterior, mas a forma como isso se interpreta e organiza e como se dirige a atenção afeta, por sua vez, o que é visto. O organismo humano é altamente adaptável e flexível e grupos diferentes podem ter imagens essencialmente diferentes da realidade exterior (LYNCH, 1982, p. 144).

Da mesma forma, Kohlsdorf (1996) afirma que o espaço urbano é apreensível a partir de suas manifestações externas e, como qualquer outro fenômeno da realidade, também é passível de conhecimento. Essa apreensão ocorre a partir da forma física de um espaço e seguindo abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade, bem como estudos sobre os mecanismos cognitivos.

Ao adotar a escola gestalista como referência, a autora identifica três vertentes que nos ajudam a observar o desempenho morfológico dos lugares em relação a diferentes aspirações. A primeira vertente, a estética, avalia a forma dos lugares por sua resposta a expectativas estéticas dos grupos sociais, baseadas na

tríade vitruviana composta por firmitas (estabilidade das construções), utilitas (funcionalidade das construções) e venustas (beleza).

A segunda vertente é a psicossocial, que observa como a forma dos lugares adquire significado afetivo para seus usuários, criando no indivíduo a sensação de pertencimento a um lugar, por exemplo. Já a terceira vertente avalia a forma dos lugares segundo sua resposta a expectativas de informação: ao considerar o espaço como uma estrutura dotada de signos, é possível perceber as possibilidades e quantidades de informações contidas na configuração de um lugar. Dessa forma, “Esse processo se identifica com a formação social da imagem do espaço, ou seja, a maneira como o espaço físico torna-se o espaço social, e, portanto, espaço simbólico” (KOHLSDORF, 1996, p. 37).

Ao abordar a atribuição de significado afetivo a determinados locais, somos conduzidos ao debate acerca dos conceitos de “espaço” e “lugar”. Kohlsdorf afirma ser a ideia de lugar originada a partir de espaços orgânicos do próprio indivíduo. Assim, o espaço concebido estaria ligado à ação e vivência de determinado indivíduo, sendo caracterizado primeiramente por ter origem em uma relação topológica, de localização do corpo em um espaço. Esse tipo de relação inclui uma série de vínculos de proximidade ou afastamento, entre nosso corpo e os limites físicos e perceptíveis. Nesse caso, atuam também os efeitos de percepção.

As atividades da apreensão caracterizam-se por se constituírem em um movimento de objetivação, no sentido de aproximação da realidade. [...] Por isso se considera essa etapa como fornecedora permanente de elementos a serem submetidos a teorizações: a percepção, como primeiro nível de apreensão do real; a formação da imagem, como o segundo; e o relacionamento da percepção e da imagem com informações mais elaboradas (secundárias) como um terceiro nível. Todos esses níveis apresentam um movimento entre estruturas figurativas e operativas e entre atividades sensorial-empíricas e teórico-abstratas (KOHLSDORF, 1996, p. 65).

Malard (2006) afirma ser a dimensão espacial algo inerente à própria existência do homem, tendo em vista que todas as ações humanas ocorrem no espaço, o qual não é somente um cenário no qual as mesmas ocorrem, e sim, componente essencial delas. Assim, homem e espaço são entidades indissociáveis e o espaço arquitetônico surge a partir das interações entre sujeito e objeto, e a arquitetura, de aparências e lugares. As aparências são os elementos que visualizamos e os lugares, os que vivenciamos. Da mesma forma, ao realizar

atividades, o homem espacializa suas intenções, seus desejos, usando, para isso, de objetos, sinais e marcas para adequar o ambiente às suas vontades.

Ao partirmos desse pressuposto, é possível relacionar o pensamento de Malard aos do arquiteto e historiador italiano Bruno Zevi, que afirma ser o espaço o legítimo protagonista da arquitetura. Segundo ele, o vazio configura a verdadeira jóia arquitetônica que encontramos encerrada dentro da caixa constituída pelas quatro fachadas de um edifício (ZEVI, 1992). Assim, cabe ao homem a competência de vivenciar o espaço por meio de uma experiência direta, ao percorrê-lo e, simultaneamente, percebê-lo. Destarte, seguindo o raciocínio proposto, o espaço, algo com o qual o observador até então não possuía um vínculo, poderia vir a ser dotado de significado a partir do momento de interação do sujeito com o objeto (espaço), o que nos conduz ao conceito de “lugar”.

Duarte (2010) afirma que quando o lugar é dotado de afeto pelos indivíduos, vão sendo construídos sentimentos de pertencimento e surgem ações de apropriação simbólica do espaço, o que faz com que tais indivíduos moldem um lugar para si enquanto reconstróem sua própria identidade. Assim, o espaço se configura como um reflexo do sujeito e das relações humanas.

Portanto, da mesma forma como a área necessita da consciência para existir, o conceito de lugar também, no caso, a partir da atribuição de significado a um espaço. E, conjuntamente, assim como a região independe da consciência para existir, o espaço também não a necessita.

Por meio da apreensão do pesquisador e do registro de relatos dos moradores e frequentadores da área estudada é possível compreender a forma como estes indivíduos se relacionam com a mesma e como os mesmos adaptam suas percepções à paisagem existente como afirma Lynch (1982). Assim, a partir da adaptação ao meio em que se encontram, constituem sua moradia, atribuindo valores e impressões sobre determinado local, o qual passa a ser dotado de significado a partir da interação homem x espaço.

2.2 O FLÂNEUR E A ETNOGRAFIA DE RUA

O *flâneur*⁵, personagem de autoria do poeta francês Charles Baudelaire, caminha na cidade de forma despreziosa, sem destino fixo. O filósofo alemão Walter Benjamin, baseado em Baudelaire e no escritor francês Marcel Proust, fala sobre um estado de ser e estar no mundo, refletindo sobre seus deslocamentos nas cidades de Berlim ou Paris, a partir de um “trabalho” da memória afetiva e do pensar a “si-mesmo” na paisagem urbana (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 1). De acordo com esse comportamento surge a etnografia de rua, desenvolvida pelas autoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert.

Segundo o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, a etnografia é um ramo da antropologia que trata da origem, das características antropológicas e sociais das diferentes etnias. Pode ainda ser definida como o estudo descritivo dos aspectos de um povo ou grupo social. Os aspectos aos quais a definição se refere estão relacionados às práticas e saberes, que, por sua vez, podem ser registrados e descritos a partir de técnicas como a observação e conversação, desenvolvidas no contexto de uma pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2001).

Visto que a cidade é algo complexo e em constante mutação, o qual serve como palco para uma vasta gama de interações e com o qual cada indivíduo estabelece uma relação diferente por conta de suas vivências e histórias de vida, as autoras afirmam que “descrever a cidade, sob um tal ponto de vista, é conhecê-la como *locus* de interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende” (ROCHA; ECKERT, 2001, p.2).

Assim, as autoras maturam a ideia de desenvolver etnografias na rua a partir de um projeto de pesquisa realizado com bolsistas de iniciação científica na cidade de Porto Alegre com o objetivo de introduzi-los ao método antropológico a partir de uma investigação sobre a dinâmica das interações cotidianas e representações

⁵ De acordo com a análise de Rocha e Eckert (2001, p. 1): “O estado de alma deste personagem-tipo é de indiferença, mas seus passos traçam uma trajetória, um itinerário que concebe a cidade, o movimento urbano, a massa efêmera, o processo de civilização. Logo, esta não é uma caminhada inocente. A cidade é estrutura e relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência”.

sociais “na” e “da” cidade. Para tal, é adotado o uso de equipamentos como a câmera fotográfica.

Ao discorrerem sobre a forma como age o etnógrafo de rua em seu campo de trabalho, Rocha e Eckert declaram: “o etnógrafo descreve, tradicionalmente em diários, relatos ou notas de campo, seus pensamentos ao agir no tempo e espaço histórico do outro-observado, delineando as formas que revestem a vida coletiva no meio urbano”. E complementam afirmando que:

A etnografia de rua, aqui, é um deslocamento em sua própria cidade, o que significa dizer, dentro de uma proposta benjaminiana, que ela afirma uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das figurações da vida social na cidade. Um investimento que contempla uma reciprocidade cognitiva como uma das fontes de investigação, a própria retórica analítica do pesquisador em seu diálogo com o seu objeto de pesquisa, a cidade e seus habitantes. Uma vez que tal retórica é portadora de tensões entre uma tradição de pensamento científico e as representações coletivas próprias que a cidade coloca em cena, o pesquisador constrói o seu conhecimento da vida urbana *na e pela* imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados (Rocha; Eckert, 2001, p. 3).

Eckert (2009) considera que a paisagem é um sistema de signos capaz de produzir no indivíduo identidades individuais e sociais. Segundo a mesma, “é nessa noção de uma paisagem urbana constantemente criada e recriada na adesão aos lugares de interação social que buscamos as referências às formas sensíveis que concebem a trama da paisagem construída nos ritmos de os habitantes refletirem sobre os sentidos de ser na cidade”. Da mesma forma, uma paisagem nasce a partir da experiência temporal em consonância ao movimento da sensibilidade.

A autora cita o filósofo francês Pierre Sansot ao afirmar que, para ele, a paisagem constitui uma experiência humana plural e descontínua na qual os sujeitos, em suas biografias, relacionam imagens que habitam a memória coletiva como resposta a motivações oriundas do saber e do imaginário. Igualmente, Simone Maldonado afirma que “é esse sentimento da ordem da subjetividade e da afetividade que vai permitir que um determinado pedaço de natureza venha a se constituir em uma paisagem” (MALDONADO, 1996, p. 8 apud. ECKERT, 2009, p. 90).

Assim, adotando a postura de *flâneur* e utilizando o método da etnografia de rua, foram feitas incursões no recorte delimitado para estudo com o objetivo de

realizar uma aproximação com moradores para o registro de seus depoimentos a respeito da experiência de residir na área.

2.3 LEMBRANÇAS DE OUTROS TEMPOS

A paisagem da área mais recente do bairro vem se modificando ao longo dos tempos e isso é um fato atestado pelos moradores a partir de suas falas. A professora de geografia Heloísa Matias⁶, de 56 anos, que reside desde seu nascimento na mesma casa, localizada na rua Ângelo Custódio entre Veiga Cabral e Triunvirato, conta sobre o início da ocupação da área, que teria sido realizada por meio de invasão de terrenos segundo narrativas de sua avó:

Essa área aqui, por exemplo, a minha avó ela [...] que se apropriou, do tipo de colocar mesmo é... pedaço de... de vara, *né*, de toco, o que ela achava ela ia e ela foi demarcando na raça mesmo, e muita gente fez isso porque ainda é considerado área de marinha. Só que nós nunca fomos procurados pela Marinha. Eu tenho amigos mais pra lá, [...] mais pra perto mesmo da Marinha que sempre tiveram aquele incomodo de pagar é... o imposto pra Marinha, pra área de Marinha e o IPTU, *né*, aquela confusão toda, não sei como é que *tá* hoje em dia. Pra cá nunca fomos (procurados).

O *designer* gráfico aposentado José Vasconcelos⁷, de 68 anos, também é residente da área desde o seu nascimento. José, que já morou em diversos pontos que fazem parte do recorte aqui trabalhado, atualmente reside em uma vila localizada na rua Carlos de Carvalho entre Veiga Cabral e Cesário Alvim. Ele relembra como era a paisagem da região na época de sua infância:

Toda essa parte aqui da Cesário Alvim até a Tamandaré... Nem a Tamandaré era asfaltada. Eu me lembro que ali tinha uma... eu ia pro grupo nos anos 50, *né*, o Rui Barbosa⁸, era aquele canal de terra [...]. O que marcava muito ali era uma samaumeira, [...] tinha uma samaumeira muito grande.

Quanto a outros aspectos que marcaram sua infância e juventude, o Sr. José relembra com certo saudosismo as brincadeiras na rua; as festas juninas, que costumavam reunir toda a vizinhança e tinham uma grande fogueira que poderia queimar por até três dias; a carrocinha, que ele considerava algo triste por conta dos maus tratos com os animais; o carrinho de leite que circulava pelo bairro realizando

⁶ Entrevista concedida em 24 de abril de 2019.

⁷ Entrevista concedida em 27 de setembro de 2019.

⁸ Se referindo à atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa, localizada na rua Joaquim Távora, na porção mais antiga do bairro da Cidade Velha.

a venda da bebida aos moradores; e também a época da ditadura militar, período difícil da história do país e sobre a qual ele afirma que:

A gente tinha que ir pra uma fila lá no Porto do Sal, [...] não tinha violência à noite... a gente tinha que dormir numa fila lá no Porto do Sal, uma fila grande, pra comprar 1 kg de carne. *Pra ti* ter uma ideia, meu pai trabalhava no comércio e nossa casa de madeira [...], como o assoalho era de madeira, [...] ele conseguia comprar conserva: salsicha, sardinha... e ele escondia debaixo do assoalho... fez uma caixa debaixo do assoalho. E aí, *rapaz*, eu criança ainda, não tinha dez anos, brincando lá com o pessoal da rua, eu falei “olha, lá em casa nós temos comida escondida”. Minha mãe quebrou a minha boca porque eu falei que a gente tinha comida escondida... *pra ti* ter uma ideia como era naquela época.

Sobre a questão da segurança, a qual é mencionada no relato anterior, ele afirma que durante as décadas de 70 e 80, ainda era possível andar pelas ruas do bairro tranquilamente: “não tinha assalto na rua. Nem se imaginava tu andar na rua, uma pessoa pegar um revólver e te assaltar. Não existia isso”. Assim, era comum que o mesmo voltasse para casa tarde da noite e a pé na companhia de amigos após momentos de descontração. José afirma que o que existia eram os chamados “ladrões de galinha”, que geralmente atacavam os quintais das casas nos domingos à tarde, quando as famílias, após o almoço, costumavam dormir. Dentre os itens furtados, poderiam ser listados os próprios animais (galinhas) e roupas penduradas no varal. A ação destes sujeitos poderia também ocorrer durante a noite.

O Sr. José ressalta ainda que para cruzar o canal da Tamandaré era necessário atravessar pontes de madeira que eram “um verdadeiro Deus-nos-acuda” nas palavras do mesmo, por conta de suas condições precárias. Ainda segundo o entrevistado, naquele período a Tamandaré era um verdadeiro lamaçal e não haviam muitas casas situadas na mesma: muitos eram os terrenos baldios ao longo da avenida e no restante da parte recente do bairro. Ruas como a Óbidos e a Cesário Alvim (parcialmente) eram algumas das poucas asfaltadas na área, na qual havia muita lama e mato. Acrescenta que:

A Infância basicamente era brincar no mato [...]. Era um matagal, *cara*, por aqui, então a gente, é... *pra ti* ter uma ideia [...] as casas eram quase palafitas nessa área aqui porque elas... dificilmente... elas não ficavam sentadas no chão: eram esteios e passava água por baixo porque enchia às vezes. *Pra ti* ter uma ideia, a casa da Dona Zezé, que pegou fogo, era tão alto... era madeira, mas era madeira de lei, era parede por dentro e por fora, eram paredes duplas de madeira... [...] era tão alto aquele negócio [...] que a gente andava de barquinho por baixo da casa... como ficava cheio de água... canoa, canoazinha... a gente andava de canoa por baixo daquela casa.

José fala ainda sobre a existência de algumas rocinhas na área e que poucas eram as casas de alvenaria, a grande maioria era de madeira. Conta ainda sobre a comoção que a construção da primeira casa de três pavimentos, localizada na rua Cesário Alvim, causou na população da área e também sobre o *farrapo*, que, segundo o mesmo:

Era uma vila de madeira [...], tinha aquela ruazinha no meio, era quartinho pra um lado, quartinho pro outro, aquelas casinhas de dois andares, assim, imagina aquele negócio pequeno de madeira, uma grudada no outra, [...] aquela escuridão, aquela sujeira... era... ali morava realmente a escória. Era o *farrapo*.

D. Heloísa Matias relembra a época em que as casas de madeira dominavam a paisagem da região, destacando que existiam vários exemplares na Travessa Monte Alegre entre as ruas Cesário Alvim e Veiga Cabral. Segundo a mesma, o trecho dado como exemplo costumava chamar sua atenção pela existência de casebres com o aspecto precário, em estado de degradação por pertencerem majoritariamente a famílias de baixa renda que não possuíam condições financeiras para realizar sua manutenção. Assim, tais moradias acabavam por se tornar inseguras devido ao risco de incêndios, que, inclusive chegaram a acontecer na área, se alastrarem por casas vizinhas.

Atualmente, a professora considera que a paisagem das ruas em que essas casas existiam mudou: a maioria das casas hoje é de alvenaria, e, quanto às de madeira, houveram incrementos na estrutura e na forma de construir que, por mais que ainda não seja o ideal (se referindo à técnica da alvenaria), proporcionaram um visual “mais bonito, mais organizado” ao quarteirão.

Eu admiro casas de... de madeira, *né*. Eu acho que pra nossa região quem dera se a gente pudesse ter casa... aqui (se referindo à própria casa) era muito mais agradável quando era de madeira. Era muito mais saudável, *né*. Tinham alguns outros problemas, mas era muito mais saudável. Hoje em dia a gente no período do verão vai sofrer muito calor, no período do inverno vai ter calor e vai ter isso aqui ó (apontando)... infiltrações, que você trabalha o ano todo mas no inverno ela aparece porque as casas ainda são “coladas” uma na outra.

Para D. Heloísa, “as casas *tão* começando a ter uma construção mais agradável aos olhos, porém não tem ordenamento”. O ordenamento ao qual ela se refere diz respeito a uma vizinha que cercou com grades parte da calçada que fica em frente sua casa, obrigando transeuntes a se deslocarem para o meio-fio ao

continuarem sua caminhada. A fiscalização, nesse caso, nunca aconteceu, mas a obra foi feita mesmo assim.

O aspecto “carente” das casas de madeira também é algo ressaltado pela dona de casa Silvana Costa⁹, de 50 anos de idade e moradora da Travessa Monte Alegre há 15. Assim como D. Heloísa, Silvana vê como uma melhora o fato de boa parte das habitações terem sido substituídas por construções em alvenaria. Ela ressalta ainda o fato de algumas casas da área que possuem algum valor arquitetônico agregado à construção terem passado por um processo de revitalização, o que também contribuiu para valorizar esteticamente não apenas tais casas, como também a vizinhança.

Cátia Albernaz¹⁰, de 49 anos, nascida e criada no bairro, morou por 32 anos na casa de sua mãe, na Vila Nossa Sra. Da Conceição localizada na rua Cesário Alvim, na face da via que faz parte do bairro da Cidade Velha. Atualmente reside na Vila Martins, vizinha ao Portal da Amazônia¹¹, há 15 anos e, ao se referir ao entorno onde morou (na rua Cesário Alvim) e onde mora atualmente (na Vila Martins) considera também que a aparência da área mudou para melhor nos últimos tempos, principalmente após o início das obras de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, que promoveu uma grande transformação na paisagem da região. Segundo a mesma:

[...] Antigamente era pior porque tinha o canal, não tinha *né*, não tinha assim aquela estrutura pra gente andar, não tinha calçada... agora não, melhorou bastante. Tá bem melhor... ficou uma coisa mais moderna... a aparência tá bem melhor do bairro.

Algo também apontado por D. Heloísa é que antes da pavimentação, por conta dos frequentes alagamentos, visitantes como ratos, baratas e até mesmo muçuãs¹² costumavam aparecer dentro das casas. Outra espécie animal que

⁹ Entrevista concedida em 21 de abril de 2019.

¹⁰ Entrevista concedida em 21 de setembro de 2019.

¹¹ O Portal da Amazônia é composto por dois grandes projetos: a macrodrenagem da Estrada Nova e a Orla de Belém. A orla em questão possui mais de 6 km de extensão e abrange desde o Mangal das Garças até a Universidade Federal do Pará. O Portal está inserido no grande Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, que objetiva alcançar mais de 200 mil pessoas. O projeto Portal da Amazônia, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2005, tem como objetivo abrir uma grande “janela” para o rio, melhorando o saneamento da área e incrementando o turismo (BELÉM, 2019).

¹² O muçuã é uma espécie de quelônio (réptil com carapaça) onívoro semi-aquático de água doce encontrado principalmente na Amazônia e Nordeste brasileiros. Apesar de sua criação em cativeiro para produção comercial ser proibida, a carne do muçuã servida em sua própria carapaça é uma iguaria que costuma inclusive a ser servida em restaurantes na cidade de Belém.

costumava surpreender os moradores ao aparecer nos quintais era a mucura¹³. E quanto aos quintais, a mesma afirma que sua própria casa possuía um, no qual havia várias espécies de árvores frutíferas e criação de animais como porcos e galinhas. No entanto, para reduzir o incômodo relativo ao aparecimento de insetos e outros animais indesejados, o mesmo foi concretado.

Com a substituição da madeira pela alvenaria, D. Heloisa conta sobre a existência dos xagões nas casas e como essa solução promovia a sociabilidade entre os vizinhos. Segundo Coelho (2015), o *xagão* (ou *xarão*) é um prisma lateral, um “vão que em geral se estende, em paralelo ao corredor, até o quintal, ou se encerra no pós-*puxado*¹⁴” e que constituiu um diferencial em casas coloniais construídas em Belém em comparação com a planta-tipo que a casa colonial brasileira comumente apresenta. Com a adaptação desse elemento a uma arquitetura mais “popular”, D. Heloísa afirma que, como seus vizinhos possuem uma boa convivência, era comum que os mesmos abrissem os *xagões* para que pudessem transitar pelos quintais uns dos outros.

A entrevistada complementa afirmando ainda que essa “cultura” de ter um quintal com várias espécies de árvores e criação de animais era algo muito comum entre os moradores da área, mas que com o tempo gradativamente se perdeu: “era como se essa área aqui fosse “o sítio da patrimonial¹⁵”. Algo também relacionado a essa ideia de “sítio” era a existência de vacarias para a venda de leite a moradores do bairro e proximidades. A mãe de D. Heloísa, D. Noêmia Cabral¹⁶, conta que existia uma próxima à residência onde ela e a filha moram hoje, na rua Cesário Alvim, na margem da via que faz parte do Jurunas e onde hoje se encontra um edifício residencial.

Além das vacarias, existiam na área uma grande horta, segundo o Sr. José, a qual ficava situada na margem da Av. 16 de Novembro que faz parte do bairro da Campina, e que comercializava flores, verduras e legumes; e armazéns, como o

¹³ Nome popular que o gambá recebe na Região Norte.

¹⁴ O *puxado* é uma denominação utilizada para se referir a uma porção, um anexo, um acréscimo construído em momento posterior à edificação do corpo principal da casa.

¹⁵ Denominação a qual a entrevistada atribui para se referir à porção mais antiga do bairro da Cidade Velha.

¹⁶ D. Noêmia Cabral é a mãe de D. Heloísa e também uma das primeiras moradoras da Rua Ângelo Custódio.

Armazém Moju, citado por D. Heloísa, os quais vendiam produtos como trigo, milho, colorau e ração por atacado, mas também por varejo, vendendo por retalhos à população. Tais estabelecimentos tinham a função principal de abastecer mercadinhos, visto que por muito tempo ainda não existiam supermercados no bairro ou mesmo nas proximidades. D. Heloísa relembra ainda uma confecção de bolsas e sacolas na rua Carlos de Carvalho pertencente à família Corumbá, realizada na própria residência da família, a qual possuía características coloniais, mas que posteriormente foi descaracterizada.

Os estabelecimentos citados por D. Heloísa eram familiares: a mesma casa servia como moradia e também local de trabalho, caracterizando o uso misto, tão presente na área. O mesmo pode ser dito do Café Glória. A sede do antigo café, localizada na rua de Óbidos com a Ângelo Custódio, é um local que parece ter marcado a paisagem da área e, a bem da verdade, até hoje marca, visto que se destaca em relação às edificações próximas, mesmo quando comparado ao Supermercado Líder, edificação robusta de concreto e vidro a qual atrai bastante atenção. Além da paisagem, o café parecer ter marcado também a memória dos moradores e frequentadores da área, visto que os entrevistados que moram ou conhecem o bairro há mais tempo sempre possuem algo para falar sobre o mesmo:

O Café Glória já foi uma potência na área. Eles faziam moagem, torrefação... eles abasteciam supermercados, [...] eram aqueles mercadinhos, *né*, daquela fase, mas nós tínhamos na época um grande problema: a poluição do ar. Era muito gostoso sentir o cheiro quatro da tarde... três, quatro da tarde, quando eles começavam a fazer a torrefação, mas soltava muita fuligem. As casquinhas, *né*, dos grãos de café... *ixe!* ficava poluindo a região. Mas nunca vi... que naquela fase ninguém reclamava de muita coisa, *né*, o povo não reclamava, mas... é... roupa no quintal a gente tinha que *tá* tirando porque senão ficava tudo sujo.

Cátia Albernaz afirma que, quando criança, era possível sentir em sua casa o cheiro do café sendo torrado, e que no período em que estudava no colégio General Gurjão, próximo da fábrica, era possível sentir o aroma com mais intensidade. Conta ainda que o odor proveniente da torrefação dos grãos de café era tão forte e marcante que, mesmo quando não estavam sendo torrados, sua avó fechava os olhos e dizia ser capaz de sentir o cheiro.

Contudo, a produção do café começou a enfrentar uma gradativa decadência a partir do surgimento de grandes supermercados, marcas locais concorrentes e o adoecimento e posterior morte do dono da fábrica. Como seus herdeiros optaram

por não continuar o negócio, a produção foi encerrada. Hoje, a casa da família ainda existe no local e a mesma ainda é habitada, porém, a manutenção do complexo, que costumava ser frequente tendo em vista o jardim bem cuidado que os entrevistados mencionam, passou a não mais ser realizada com a mesma frequência de antes, deixando o conjunto em estado de relativo abandono.

2.4 INSEGURANÇA, ALAGAMENTOS E OUTROS PROBLEMAS

Pela Rua Veiga Cabral, diferentemente da Av. 16 de Novembro, Av. Almirante Tamandaré, Rua de Óbidos ou Cesário Alvim, circula um fluxo menor de veículos (apenas automóveis, motos e bicicletas) oriundos principalmente do bairro da Campina. A via possui um leito carroçável mais estreito e, pelo fato de a mesma ser predominantemente residencial, pode ser considerada mais tranquila. No entanto, em diversos momentos do dia possui trechos considerados desertos e, conseqüentemente, perigosos. Essa sensação de insegurança costuma ser maior durante a noite, quando a rua fica vazia, como atesta o estudante Leonardo Coelho¹⁷; de 22 anos e residente na área há 14; o qual já foi assaltado na via enquanto voltava para casa. Segundo o estudante, um maior investimento da prefeitura em iluminação pública seria uma importante medida a ser adotada como forma de aumentar a segurança na área.

D. Heloísa destaca que a Ângelo Custódio, onde reside, também possui o perfil de uma rua calma, tranquila, e que essa calma costuma aumentar a partir das 17h, quando a rua passa a ficar soturna e, como consequência, traz a sensação de insegurança. Por conta disso, a professora afirma que os moradores do entorno passaram aos poucos a abandonar o hábito de se reunirem à porta de suas casas para conversar, ainda que continuem mantendo tal prática, principalmente durante o verão, segundo a mesma. Quando perguntada sobre lugares do bairro que a mesma considera desagradáveis, D. Heloísa responde:

Desagradável eu não digo um local, mas é a extrema falta de segurança que a Cidade Velha é... *tá* tendo e não é de pouco tempo. Então, o que tirou de agradável: a porta... durante o verão a gente poder sentar e ter conversas agradáveis e olhar pro nada porque as vezes a rua, essa rua aqui ela termina num beco, *né?* Mas o fato dos vizinhos poderem sentar, conversar, sempre foi muito bom, então é desagradável a falta de segurança mesmo... em todo o bairro.

¹⁷ Entrevista concedida em 23 de abril de 2019.

D. Heloísa complementa afirmando que o muro cego da Escola Estadual de Ensino Fundamental General Gurjão, que possui uma face voltada para a rua, também contribui para torná-la perigosa. Acrescenta ainda que a instalação de uma academia de formação de vigilantes na rua e a reinauguração do Supermercado Líder, próximo a sua residência, foram fatores que promoveram um maior movimento na via, com um considerável aumento do fluxo de veículos, mas não de pedestres. Contudo, por vezes os alunos da academia e a própria instituição acabam por utilizar a rua de forma “um tanto indevida” segundo as palavras da mesma, com a instalação de vagas para bicicletas e uma lixeira, ambas na calçada, dificultando a locomoção dos transeuntes bem como o estacionamento de veículos na porta de algumas casas.

O movimento provocado pela reinauguração do supermercado também é algo atestado pelo Sr. José Vasconcelos, que afirma que a vila em que mora é tranquila, visto que, segundo o mesmo, nunca aconteceu nenhum assalto na mesma. Tal afirmação, no entanto, não pode ser dita a respeito da rua Carlos de Carvalho, a qual só possui maior movimento e concentração de pessoas no trecho próximo ao supermercado. Mesmo durante o dia, grande parte das residências do logradouro estão fechadas, aparentando não ter ninguém dentro das casas, o que contribui para que o transeunte tenha uma sensação de insegurança ao caminhar pelo mesmo.

D. Heloísa Matias, que, no momento da entrevista se encontrava afastada da função de professora de geografia para tratar de um problema de saúde, conta que ao se deslocar para o trabalho em uma escola distante de sua residência, a mesma necessitava passar pela Av. Almirante Tamandaré para tomar um ônibus, por vezes até quatro vezes por dia (ida e volta em dois turnos diferentes). No entanto, após ouvir relatos de colegas de trabalho que foram assaltados na referida via principalmente no horário após o almoço, quando a mesma costuma ficar mais deserta, passou a tomar medidas como chamar um táxi ou permanecer na escola sem voltar em casa para o almoço.

Cátia Albernaz também considera a falta de segurança um grande problema do entorno de onde mora. Ela fala que apesar de o Portal da Amazônia ter promovido uma maior movimentação da área (principalmente aos domingos) e gerado emprego

e renda, juntamente com tais fatores positivos veio acompanhado um aumento da insegurança no local:

[...] Ultimamente tá muito desagradável principalmente aqui depois que fizeram aí essa nova avenida¹⁸... tem muito assalto, a gente não se sente à vontade. A gente não sente à vontade nem de sair de casa. [...] Porque na época que eu morei ali na Vila Conceição era aquele período de ponte, canal... ainda peguei o período da ponte, o canal, essas coisas¹⁹... tinha assaltante, essas coisas, mas não era do jeito que tá. A gente sabia porque era aqueles... diz a mamãe que conta, eram os assaltantes “da elite”, que eles assaltavam nos bairros pra cá, chiques. Lá (na vila e proximidades) eles não assaltavam os vizinhos, essas coisas e agora não, a insegurança tá demais, olha. Muito, muito grande.

Por conta da falta de segurança, os moradores da rua onde Cátia mora não possuem o hábito de se reunir em frente as suas casas. Segundo a mesma, isso é algo que ainda era possível há cerca de 10 anos, porém hoje não mais. Por essa razão, os vizinhos costumam se reunir uma vez por mês em uma capela existente ao lado da casa de Cátia (fig. 15), onde realizam uma trezena; e que também serve como um local para socializar, visto que durante os encontros mensais, além da reza, os mesmos aproveitam para “colocar a conversa em dia”, nas palavras da entrevistada, e debater sobre as principais necessidades da comunidade, etc.



Figura 15: A capela na Vila Martins onde Cátia e seus vizinhos costumam se reunir uma vez ao mês. Fonte: José Vasconcelos, 2015.

¹⁸ Se referindo à obra de macrodrenagem da Bernardo Sayão (Estrada Nova).

¹⁹ Se referindo ao período anterior à obra de macrodrenagem da Bernardo Sayão.

Outro problema apontado são os alagamentos, que, apesar de já terem sido mais graves, continuam acontecendo. Na rua Ângelo Custódio, os mesmos são favorecidos pela inclinação da via, não tendo origem exclusiva a partir da cheia das marés, que fazem o canal da Tamandaré transbordar e alagar as adjacências. Segundo D. Heloísa, a falta de manutenção regular nos esgotos é o que provoca o problema. Ainda que os próprios moradores realizem essa manutenção, o que teoricamente cabe à prefeitura, o problema persiste justamente por conta do descaso por parte da administração pública.

Aqui tinha muito alagamento, eu cresci com alagamento, *né*. A gente colocava muito aterro, os próprios moradores, dentro das suas casas. [...] Nós comprávamos aterro e colocávamos na rua. Todos os moradores se cotizavam e faziam isso. Era caroço de açaí, era resto... entulhos de casas que *tavam* sendo reformadas... onde a gente sabia, a gente acabava fazendo. [...] Essa esquina aqui... é... tinha uma lagoa gigante que as crianças, algumas crianças, fugiam no horário de meio-dia pra tomar banho como se fosse piscina. Aí do Gurjão, essa esquina, bem na esquina mesmo onde tem essa castanheira, ela é muito rebaixada e quando alaga uma criança deitada some aí. Elas ainda fazem isso, às vezes eles saem da escola, larga a mochila e vai tomar banho. Acontece ainda isso, entendeu? (risos).

Uma das consequências do problema dos moradores da área com os alagamentos frequentes é, segundo a mesma, o fato de as residências da rua possuírem calçadas com nivelamentos diferentes, o que torna a circulação pelo passeio público pouco acessível, principalmente para as crianças e os idosos. A preocupação em especial com os idosos por parte da entrevistada se deve ao fato de a mesma possuir uma mãe com 94 anos de idade e que hoje conta com limitações quanto à locomoção.

Os moradores, além de realizarem a manutenção periódica dos esgotos, também foram responsáveis por levar o asfaltamento à via. Heloísa conta que durante o período eleitoral de tempos atrás, foi descoberto pelos mesmos que a razão de o asfalto não ter chegado à rua até então era devido ao fato de que nos arquivos da administração pública a via constava como “asfaltada”. Tudo isso ocorreu durante a campanha de um vereador que, com o intuito de conseguir votos, promoveu o asfaltamento de vias adjacentes. Assim, por meio da pressão e mobilização popular, os moradores conseguiram o que deveria ser seu por direito.

O Sr. José conta que durante a gestão de Edmilson Rodrigues (1997 – 2004), houve a adoção da política do *orçamento participativo*, na qual cada morador da área contribuiu com 100 reais e, a partir do total coletado, foi possível promover obras de infraestrutura relativas a esgoto, pavimentação, calçamento e iluminação. Ele lembra que a ação foi realizada em ruas como Carlos de Carvalho, Bom Jardim e Monte Alegre, e que vias como a Triunvirato, no entanto, só foram asfaltadas no governo posterior.

Outra questão também resolvida pelos próprios moradores é a da sinalização. Devido ao fato de D. Heloísa ser professora de geografia, a mesma considera extremamente necessário a sinalização, que no bairro como um todo é insuficiente. Destaca o fato de que as placas são essenciais para orientar quem não conhece a área e fala isso se referindo especificamente a motoristas de aplicativo ou taxistas, que muitas vezes se confundem quanto a orientação do trânsito das vias do bairro por seguirem o que o *GPS* mostra, o que, por vezes, não condiz com a realidade.

Aqui, essa rua é agraciada, *né?* Nós temos placa até demais aqui: placa pra um lado, placa pro outro... mas tem áreas da Cidade Velha que não tem nada, não. Você não sabe que esquina é aquela... é... tem algumas passagens que são os moradores que fabricam a placa. Aqui, aqui na Carlos de Carvalho nós temos isso, *né*, que a placa foi feita por... pelos moradores da passagem. Então é... já melhorou muito *né* do que foi no passado, mas falta sinalização.

A boa relação entre os vizinhos é um fator essencial para que os mesmos se reúnam e se mobilizem em torno de uma causa comum ao coletivo. Assim como na vizinhança de D. Heloísa, Cátia relata sobre um vizinho que possui iniciativa e toma frente ao representar a comunidade na busca pela solução de problemas. Ela fala especificamente sobre um problema recente com o esgoto, o qual foi resolvido graças à atitude do mesmo e sobre o asfalto, o qual ele foi “pedir” à Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN).

Destarte, mais uma vez é possível perceber pelo discurso, que algumas questões que são de responsabilidade da prefeitura só são resolvidas graças a atitudes que partem dos próprios moradores, que, felizmente são mobilizados o suficiente para fazer a mudança acontecer, ainda que não seja algo de incumbência dos mesmos. Embora muitos deles ainda precisem ter a consciência e fazer sua parte em relação a questões como o despejo de lixo em locais inapropriados e os

problemas que tal ação acarreta, por exemplo, é fato que os mesmos sofrem um grande descaso por parte da administração pública, que falha em assegurar os direitos desses moradores.

Algo também mencionado pelos entrevistados são alguns tipos de desconforto existentes na área onde moram. Para o estudante Leonardo Coelho e D. Heloísa, que moram a poucos metros um do outro, em trechos diferentes da mesma rua, o calor é uma constante. D. Heloísa afirma que esse incômodo com a temperatura aumentou primeiramente a partir do momento em que prédios começaram a ser erguidos na Av. 16 de Novembro, bloqueando a passagem do vento. Com a reinauguração do Supermercado Líder, que passou a contar com três pavimentos, essa sensação térmica aumentou ainda mais, pois, segundo ela, por conta da altura, a construção funciona como um grande “paredão de concreto”.

Ademais, o prédio do Supermercado além de ser uma barreira física para a passagem do ar, se tornou também um obstáculo visual, pois os moradores passaram a não mais enxergar as torres da Igreja da Sé, que constituem um elemento marcante²⁰ para os mesmos.


O calor também é percebido por conta do grande muro da academia de formação de vigilantes que fica próximo à casa de D. Heloísa. Ela conta que passar pelo mesmo evoca lembranças de infância, visto que a sensação de quentura é comparável à que emanava do muro de uma padaria que existia nas cercanias de sua residência. A padaria a qual a mesma relata usava forno à lenha para a panificação.

Já D. Cátia Albernaz relata que o desconforto maior existente na área onde mora consiste na poeira e o cheio de juta oriundos da antiga fábrica da Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA²¹ (fig. 16), localizada na Av. Bernardo Sayão.

²⁰ Lynch (1982) define os pontos marcantes como um dos elementos que compõem a paisagem de uma cidade. Tais pontos atuam como um tipo de referência visual usada para a localização e distinção de determinada área em meio a uma grande quantidade de outros elementos. Podem consistir em um edifício, um sinal, uma loja ou montanha ou mesmo torres isoladas, cúpulas ou colinas extensas. Alguns pontos são essencialmente locais, podendo ser avistados apenas em regiões restritas e a certa proximidade (LYNCH, 1982, p. 59).


²¹ A CATA foi fundada em 1962 em Belém e iniciou suas atividades fabricando embalagens a partir de fibras naturais (juta). Em 1984 passa a atuar também no Nordeste, com o início das operações na unidade de Camaçari, na Bahia. Em 2004 há a transferência da unidade de fabricação de embalagens industriais da sede de Belém para a de Camaçari e, com isso, a fábrica da empresa no Pará é

Mesmo com a desativação da fábrica, a entrevistada afirma que ainda existe um maquinário guardado na sede da empresa e que quando o vento bate ainda é possível sentir o cheiro da juta anteriormente usada para a fabricação de embalagens. Ademais, o mato que cresce na antiga sede da empresa e que não é carpido é propício para o desenvolvimento de mosquitos vetores de doenças como dengue e chikungunya, já contraídas por muitos dos moradores da vizinhança.



Aí está, em Belém, às margens do Rio Guamá, a CATA – Companhia Amazônia Têxtil de Aniamem. Há mais de 10 anos ela tem levado a juta e a malva paraenses por todo o Brasil e exterior, tornando nosso Estado mais conhecido e respeitado pelo mundo afora. Para o êxito da CATA tem sido muito importante a ação constante dos produtores de juta e malva, especialmente concentrados

na grande região santarena e que fornecem a preciosa matéria-prima a ser industrializada. Nesta oportunidade, a CATA associa-se à FIBRASA e à TRASCATA, participando das alegrias do povo de Santarém no momento em que se realizam as festividades de Nossa Senhora da Conceição, sua excelsa padroeira.



Companhia Amazônia Têxtil de Aniamem
C A T A
Rua do Arsenal, 138
Fones: 22-0543 – 22-0743 e 22-0943
Belém - Pará



Transportes, Representações
e Comércio
SÃO PAULO (Matriz), Rua Eunice, 570
Fone: 282-0960
BELÉM (Filial) Av. Bernardo Sayão, 138
Fone: 23-0382



FIBRAS DA AMAZÔNIA S/A
FIBRASA
Av. Antônio Simões (Bairro da Prainha)
Caixa Postal, 67
SANTARÉM-PARÁ

16

Figura 16: Anúncio com imagem aérea do complexo industrial da CATA veiculada na revista anual com programação da festa de Nossa Senhora da Conceição em Santarém (PA) no ano de 1974. Fonte: https://www.icbsena.com.br/revista.php?id_revistas=23. Acesso em: 24 set. 2019.

desativada. Desde então o grupo atua no Nordeste, no estado da Bahia com duas fábricas, e no Centro-Oeste, com uma fábrica em Rondonópolis, Mato Grosso.

Outra queixa, tão frequente quanto a insegurança na área é a ausência de equipamentos públicos no bairro. A falta de um posto médico destinado à população da Cidade Velha é motivo de reclamação de todas as pessoas entrevistadas nesse trabalho. A Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro do Jurunas, localizada na rua Engenheiro Fernando Guilhon, é a mais próxima existente, e o fator distância, ainda que o deslocamento seja para um bairro vizinho, é um incômodo para os moradores. Ademais, como apontado por D. Heloísa, muitas vezes a unidade não possui estrutura e profissionais capazes de atender ao contingente do próprio bairro do Jurunas, e devido a atender também o contingente de pacientes provenientes de outros bairros, essa situação só se agrava.

O único equipamento de saúde existente até então era a Unidade de Referência Especializada em Atenção à Saúde da Mulher, popularmente conhecida como Casa da Mulher, que realizava atendimentos a pacientes da capital e dos interiores em um prédio localizado na rua Bom Jardim. Os atendimentos, porém, desde janeiro 2019 passaram a ser realizados em outro prédio, situado na rua João Balbi, no bairro do Umarizal.

Para a dona de casa Silvana Costa, o bairro, além de um posto de saúde carece também de creches. Ao mencionar isso, a mesma relembra que os colégios existentes na região como o David Salomão Mufarrej ou o General Gurjão não atendem somente a estudantes do bairro da Cidade Velha. Silvana comenta sobre sua infância, a qual viveu no bairro do Jurunas e que, por conta de ela e suas amigas não terem conseguido vaga para estudar no bairro onde moravam, foram remanejadas para escolas do bairro da Cidade Velha (Colégios Rui Barbosa e General Gurjão). Ela lembra também de serviços prestados a comunidade de estudantes como exames de saúde, realizados pelo exército e a primeira eucaristia, realizada na Igreja da Sé, e que tinha sua “propaganda” feita no ambiente escolar, com o objetivo de convidar os estudantes a participar. Segundo a mesma “no Jurunas não tinha nada disso”.

A falta de uma agência bancária e uma de correios também é algo apontado por Cátia Albernaz. Ela complementa afirmando que o bairro é carente de um centro comunitário. A mesma justifica sua opinião argumentando que é necessário estreitar as relações entre os moradores, bem como promover atividades que ocupem as

crianças e jovens da área, afastando-os da criminalidade, visto que, segundo a entrevistada “tem muita criança ali (se referindo à área onde mora) que precisa de orientação e não tem”.

2.5 O OLHAR DOS TÉCNICOS x O DA POPULAÇÃO

Em entrevista realizada com a superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PA), Rebeca Ribeiro²², foi possível compreender a postura adotada pelos órgãos preservacionistas e as concepções dos técnicos do patrimônio acerca do recorte aqui trabalhado. Rebeca, que no momento da entrevista ocupava o cargo de superintendente há apenas dois meses, afirma, em linhas gerais, que a porção abordada no presente trabalho não faz parte da área de atuação do Instituto. Diferentemente da FUMBEL, que considera como entorno do Centro Histórico a área sobre a qual o presente trabalho estabelece seu enfoque, a poligonal que delimita o Centro Histórico de Belém e seu entorno utilizada pelo IPHAN (Fig. 17) exclui o recorte.

A delimitação da poligonal, que inclusive está passando por processo de revisão, se baseia na portaria do MinC nº 54 de 08/05/2012, que homologa o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, o inscrevendo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico. Os critérios do IPHAN para a delimitação do Centro Histórico levam em conta também aspectos relativos à trajetória histórica dos bens, evolução urbana e a implantação do acervo arquitetônico. Assim, um conjunto pode denotar algo fisicamente vinculado ou algo adjacente, não havendo a necessidade de as partes estarem conformadas num mesmo limite físico.

²² Entrevista concedida em 24 de setembro de 2019.

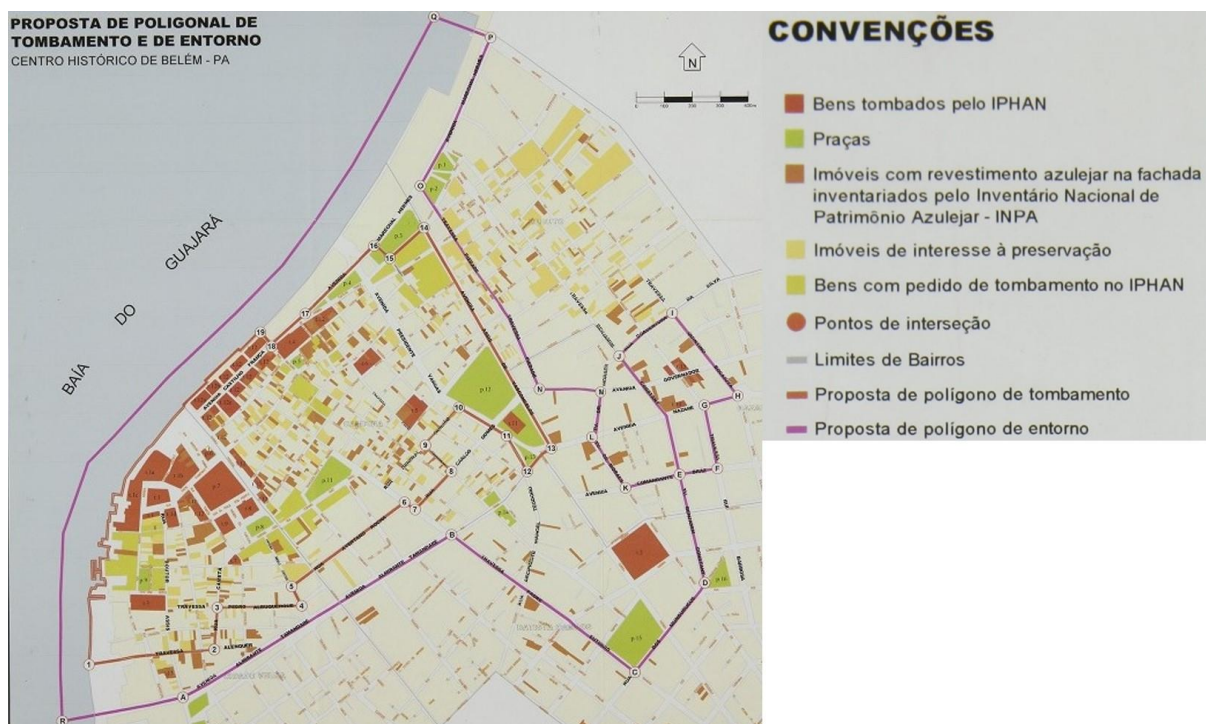


Figura 17: Proposta de poligonal de tombamento do Centro Histórico e seu entorno, adotada atualmente pelo IPHAN. Fonte: Acervo digital do IPHAN, 2009.

Em entrevista com a técnica em preservação Dorotéa Lima²³, ex-funcionária e atual colaboradora do IPHAN e também atuante na organização do Projeto Circular, foi reafirmado o papel de atuação da instituição, a qual transfere as responsabilidades sobre as “áreas aterradas” (nas quais o recorte atual está incluso) para a instância municipal, sendo possível a regulação de fatores como volumetria das edificações e implantação no lote a partir do estabelecimento de um entorno do CHB²⁴. O fato de as áreas aterradas possuírem edificações com grande nível de descaracterização, bem como a porção antiga do bairro possuir um maior número de edificações com interesse à preservação, tornando o Centro Histórico de Belém um dos maiores do Brasil, segundo Dorotéa, são determinantes para a adoção de tal política. Ainda segundo a entrevistada, por muito tempo, quanto ao processo de tombamento, as quadras que concentram as edificações de interesse foram o principal fator a ser levado em conta. Atualmente, com o processo de revisão da normativa da instituição, a visada é o fator levado em consideração.

²³ Entrevista concedida em 11 de novembro de 2019.

²⁴ Centro Histórico de Belém

Destarte, como critério utilizado para a classificação desse conjunto são levadas em consideração as edificações que possuem estilo colonial ou eclético, tidas pelo órgão como construções que possuem valor à preservação. Portanto, o critério citado justifica a necessidade de se preservar a ambiência do entorno no qual essas edificações estão situadas, entorno esse que para o IPHAN não inclui a parte recente do bairro. Ademais, pelo fato de o IPHAN executar suas ações de acautelamento e preservação tendo como referência o contexto federal, a parte mais recente do bairro se torna, assim, responsabilidade de órgãos municipais como a FUMBEL, por exemplo. A articulação entre as duas instâncias, federal e municipal, no entanto, é necessária e sempre buscada.

A FUMBEL, todavia, utiliza a lei 7.709/94 para delimitar o CHB e seu entorno. A poligonal definida pela fundação (ver fig. 12) foi traçada levando em conta como critério os imóveis e/ou a malha urbana do chamado “núcleo inicial de fundação” da cidade como possuidores de interesse à preservação. Os imóveis ecléticos são os predominantes no bairro como um todo, seguidos pelos coloniais. A diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da FUMBEL, Tainá Arruda²⁵, chama a atenção para a existência de imóveis que pertenciam a um determinado estilo arquitetônico (por exemplo, o colonial), mas que sofreram a inserção de elementos arquitetônicos ao longo do tempo; acréscimos, que, no entanto, não podem ser classificados efetivamente como “descaracterização”. Tainá considera ainda ser importante manter a ambiência²⁶ da Cidade Velha, visto que a mesma é capaz de remeter ao período de fundação do bairro e da cidade:

Quando a gente entra num espaço em que a gente vê essas características, a gente vê tanto nos imóveis, quanto na malha urbana, quanto... enfim, quando a gente tem essa leitura geral da ambiência mantida, a gente se remonta àquele período, a gente tem uma marca daquele período, daquela época, que faz parte da identidade, da nossa cultura, né?... Nossa história.

Ainda segundo Tainá, não é possível dizer que a parte mais recente do bairro recebe um cuidado menor de acordo com as políticas de atuação da FUMBEL. No

²⁵ Entrevista concedida em 11 de outubro de 2019.

²⁶ “Ambiência” tem sua origem no termo francês *ambiance* e, segundo o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, em arquitetura é o espaço que, em termos físicos, estéticos e psicológicos é definido como próprio para a realização de atividades humanas. O termo, no entanto, está geralmente ligado à existência de uma unidade arquitetônica e paisagística existente e característica de determinado lugar, seja pelo estilo arquitetônico predominante, pelo gabarito, pelos materiais usados na construção das edificações, etc.

entanto, como a porção “patrimonial” da Cidade Velha, na qual está localizado o Complexo Feliz Lusitânia e cercanias, possui uma maior quantidade de imóveis a serem preservados, a impressão é a de que a mesma recebe maior atenção em detrimento da mais nova. Porém, de acordo com a percepção da técnica do patrimônio, “o cuidado é o mesmo”, visto que, segundo ela, quando a Fundação recebe alguma denúncia de obras irregulares na área, a urgência para realizar a notificação é a mesma que ocorreria caso tal obra estivesse sendo realizada na porção antiga do bairro. Ademais, Tainá acrescenta que a busca por sanar as dúvidas existentes por parte dos moradores da área mais recente também é algo que a Fundação procura tratar da mesma forma que seria tratada na parte antiga do bairro.

A técnica afirma ainda que a fiscalização é uma das ações adotadas pela Fundação e que tal ação se estende ao bairro como um todo, incluindo o entorno e não se restringindo somente ao núcleo histórico. Além da fiscalização, um maior contato e diálogo com os moradores tem sido uma das estratégias adotadas pelo órgão, com a realização de audiências públicas, por exemplo. Tainá considera importante levar em consideração não apenas a visão dos técnicos, mas também dos moradores, que vivenciam diretamente aquele espaço e, por conta disso, possuem perspectivas que os primeiros não possuem. Ao ouvir a voz dessas pessoas e o que elas têm a dizer, a Fundação visa encontrar, em conjunto com a comunidade, soluções possíveis para problemas como o fluxo de veículos pesados no tecido histórico e a poluição sonora decorrente de eventos como o carnaval e o auto do círio, já tradicionais do bairro, mas que todos os anos estão envoltos em polêmicas que retomam a mesma questão.

Quanto a tais eventos, a parte do bairro mais prejudicada claramente é a patrimonial, visto que os referidos eventos se concentram nesse núcleo, no qual os imóveis de interesse à preservação ficam mais expostos ao ruído e sujeira. O auto do círio, diferentemente do carnaval, é um evento que fica restrito somente ao núcleo histórico do bairro, embora promova movimentação no bairro como um todo. Em suma, Tainá afirma que as manifestações culturais que ocorrem no bairro e no Centro Histórico como um todo são muito bem-vindas, pois agregam vida ao mesmo. Acrescenta ainda que o ideal seria que tais manifestações não fossem somente

esporádicas; como no caso do Projeto Circular²⁷, que ocorre de dois em dois meses; e que ocorressem com maior frequência, de forma que o CHB estivesse sempre movimentado. No entanto, se torna necessário buscar alternativas de realizá-las de modo que as mesmas respeitem não somente ao patrimônio, mas também aos moradores do local.

Tainá fala ainda sobre a importância da integração entre as instâncias federal, estadual e municipal, que, segundo a mesma, é essencial para que o trabalho de proteção ao patrimônio dê certo. Ainda que cada instância tenha sua própria delimitação de centro histórico e sua própria concepção acerca do que deve ser ou não preservado, muitas vezes há pontos em que coincide a atuação de mais de uma delas. Para exemplificar essa diferença existente entre as perspectivas que cada órgão preservacionista possui, a técnica usa o exemplo do estilo Raio que o Parta²⁸, que, segundo a mesma, não é algo que irá possuir interesse à preservação em relação ao contexto nacional por se tratar de uma manifestação arquitetônica característica de uma região específica. No entanto, não é por conta disso que o estilo se torna menos importante ou que edificações que contenham o mesmo não possuam valor arquitetônico e deixem de ser preservadas.

Ela considera também ser necessário fazer um trabalho de conscientização patrimonial, o qual possui como objetivo criar nos moradores um sentimento de pertencimento, de que o patrimônio também pertence a eles, assim como a todo cidadão belenense e que, portanto, é necessário que os mesmos sejam também responsáveis por sua preservação (“se as pessoas não entenderem isso, esse projeto não vai durar nem cinco anos”). Junto à conscientização patrimonial, a técnica julga ser necessária também a conscientização ambiental.

²⁷ Criado em 2013, o Projeto Circular surgiu a partir da iniciativa de um pequeno grupo de agentes culturais independentes instalados no CHB e suas imediações. Com o objetivo de ocupar o Centro Histórico, promovendo relações de identidade sociocultural entre seus moradores, a cidade e seus visitantes ao mesmo tempo em que contribui para a construção de um ambiente favorável à sustentabilidade do CHB e de seu patrimônio material e imaterial, atualmente o projeto engloba mais de 40 espaços, projetos e ações socioculturais em sua área de atuação e possui edições que ocorrem sempre no primeiro domingo do mês a cada dois meses.

²⁸ Raio que o Parta é a denominação de um dos estilos que precederam o Modernismo em Belém durante a década de 1950 e cujas características são o acréscimo de platibandas com formas assimétricas e pontiagudas e o revestimento das fachadas com cacos de azulejos coloridos formando desenhos (MIRANDA, 2006).

Em suma, a partir do relato dos técnicos, é possível apreender que existe uma preocupação com relação à articulação entre os órgãos preservacionistas para que o trabalho de preservação do Centro Histórico e seu entorno seja realizado de maneira correta e efetiva, seguindo as diretrizes existentes em cada órgão. Ademais, o cuidado em se aproximar da população para que, em conjunto com a mesma, decisões que irão nortear as ações dos órgãos sejam pensadas também é algo a ser destacado, visto que tais ações não podem ser tomadas somente a partir das noções dos técnicos, os quais na grande maioria das vezes não conhecem tão profundamente seu campo de trabalho e não possuem a mesma vivência que um morador da área.

Em relação à percepção dos moradores como Leonardo, D. Heloísa, Cátia, José e Silvana, é possível apreender que, apesar dos variados problemas apresentados que atingem os moradores do recorte trabalhado, questões como a insegurança são comuns a todos, não importando a faixa etária e afetando ao bairro como um todo. Ela é um fator que torna desagradável o local onde os entrevistados residem: os mesmos relatam que não há locais ou um local específico do bairro que possa ser classificado como desagradável, e sim, que fatores como esse, com os quais são obrigados a conviver e que acabam por caracterizar negativamente a área a qual possuem residência, é que podem ser considerados desagradáveis.

Para D. Heloísa especificamente, a ausência de segurança é um fator que a faz lembrar outros tempos com um tom saudosista, quando os vizinhos da rua e proximidades possuíam maior liberdade e uma maior convivência devido ao fato de poderem, ainda naquele momento, se reunirem à porta de suas casas para conversar e manter uma sociabilidade. Durante a entrevista, ao falar sobre o assunto, a entrevistada chama atenção para a grande quantidade de casas na rua que possuem grades, como forma de atestar a insegurança que toma conta da área. Por conta disso, a professora e seus vizinhos (assim como os outros entrevistados aqui) tiveram sua liberdade cerceada, sendo obrigados a adotar uma postura de precaução quanto a possíveis assaltantes circulando pela área, o que certamente não é o que desejavam que acontecesse.

Todavia, a não existência de equipamentos como uma unidade básica de saúde constitui uma das principais reclamações dos moradores, que se sentem

prejudicados mesmo residindo em um dos bairros centrais de Belém e que possui uma infraestrutura que, ainda que não atenda a todos igualmente (algo que também se repete quanto ao restante da cidade), está longe de ser precária como em bairros considerados periféricos.

Embora intervenções como a revitalização do complexo Feliz Lusitânia venham contribuindo para a preservação e o uso de edifícios de notável valor arquitetônico ao mesmo tempo em que incentivam o turismo, ações como esta não foram o suficiente para sanar as reais necessidades do bairro da Cidade Velha como um todo (TUTYIA, 2010). O esquecimento por parte do poder público e privado quanto à Cidade Velha “patrimonial” é também sentido pelos moradores da parte mais recente do bairro, que já sofrem com o descaso na própria área em que residem.

Mesmo diante de todos os problemas apresentados, as pessoas aqui entrevistadas dizem gostar de morar no bairro e não quererem se mudar. Silvana diz que escolheu morar na Cidade Velha, que sempre quis morar no bairro. José Vasconcelos e Heloísa Matias dizem não se verem morando em outro lugar. Cátia Albernaz compartilha da mesma opinião, ressaltando a proximidade da Cidade Velha com o centro comercial e outros bairros do centro da cidade: “é perto de tudo”.

Assim, ainda que existam problemas, como existe em bairros de qualquer cidade brasileira, a Cidade Velha é um local que consegue cativar os moradores e criar a sensação de pertencimento, um vínculo afetivo que faz com que os mesmos passem a considerar o bairro como o seu lar e não tenham vontade de abandoná-lo. Muitas são as reclamações, mas as memórias de bons momentos vividos no bairro conseguem se sobressair e marcá-lo positivamente.

3 A “NOVA” CIDADE VELHA

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A Cidade Velha atualmente é um bairro de classe média e que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), conta com uma população de 12.128 habitantes, dos quais 54,4% são mulheres e 45,6%, homens. A faixa etária predominante entre os residentes do bairro é de 20 a 59 anos. Destarte, ao contrário do que se pensa, apesar de o bairro, ou ao menos parte dele, possuir um caráter antigo, “velho”, não é possível generalizar e dizer o mesmo de sua população, ainda que a quantidade de idosos no bairro seja grande.

A porção do bairro situada após o canal da Avenida Almirante Tamandaré apresenta vias e calçadas mais largas em relação à porção “antiga”, localizada antes do canal. Porém, assim como a parte “histórica”, a “nova” Cidade Velha (com exceção das praças) também não possui arborização em suas ruas, característica que acaba se tornando marcante no bairro como um todo. Tal predicado é possível de ser explicado por um postulado de Derenji (1987), na qual a autora afirma que: “No começo do século (referindo-se ao século XX), a arborização atingia quase toda a cidade, excetuando-se o bairro comercial e a Cidade Velha, que não apresentavam condições para isso pela pouca largura dos passeios”.

A malha do recorte é predominantemente ortogonal, o que faz com que em relação ao traçado das quadras predominem linhas retas com geometria retangular (KOHLSDORF, 1996). Já o parcelamento dos lotes permite que os mesmos tenham 6 metros de testada em média, assim como a maioria dos lotes situados no centro da cidade (MARQUES; MIRANDA, 2009). Algo possível de ser notado também é a existência de poucas edificações com afastamento lateral em relação à posição de implantação no terreno, bem como o grande adensamento existente em quadras mais próximas do Portal da Amazônia, o que denota uma relação com a situação socioeconômica da população que vive no perímetro.

Quanto ao uso do solo (fig. 18), é possível notar que a porção analisada ainda é predominantemente residencial, embora o uso comercial ou para serviços corresponda a uma considerável parcela quanto às edificações da área. Uma tendência que pode ser observada também é a de várias edificações possuindo um

uso misto, com um pavimento dedicado a abrigar um estabelecimento comercial ou de serviço e outro (s) a abrigar moradias, estas podendo ser uni ou multifamiliar.



Figura 18: O uso do solo na área. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2019.

A Avenida 16 de Novembro, pela qual transita um grande fluxo de veículos de transporte individual e coletivo advindos principalmente da Boulevard Castilhos França e Avenida Portugal, é classificada pelo Plano Diretor como uma via coletora (BELÉM, 2008). A avenida demarca também os limites territoriais entre Cidade Velha e Campina e nela estão localizadas, além de edificações residenciais, aquelas pertencentes a instituições e ao comércio.

A Avenida Almirante Tamandaré é outra importante via da parte “recente” do bairro. A mesma possui o referido canal e por ela transita também um considerável fluxo de automóveis, vans e algumas linhas de ônibus, sendo classificada pelo Plano Diretor como uma via arterial principal (BELÉM, 2008). A avenida concentra diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, que, no entanto, não são voltados a atender exclusivamente a população do bairro. O colégio estadual de ensino fundamental e médio David Salomão Mufarrej (fig. 19), por exemplo, localizado na

referida via, é um dos principais equipamentos públicos dessa parte do bairro e o mesmo atende também a estudantes de bairros próximos, como o Jurunas.



Figura 19: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej. Fonte: Sidney Pery, 2019.

A Av. Almirante Tamandaré possui um fluxo maior de veículos do que de pedestres durante todo o dia, ainda que pela manhã e à noite, um número considerável de pessoas utilize as margens do canal situado na avenida para realizar corridas e caminhadas. Algo a ser observado acerca da mesma é que, a despeito de sua grande extensão e largura, a vegetação existente na via, ao menos ao longo do trecho situado dentro dos limites do bairro da Cidade Velha, é mínima ou inexistente, algo que se relaciona com a afirmação de Derenji (1987) a respeito da vegetação existente no bairro.

A vegetação, se inserida, serviria como uma forma de aumentar o conforto térmico, bem como valorizaria esteticamente a área com uma proposta de projeto paisagístico (fig. 20). Durante a tarde, a via pode se tornar um tanto deserta para os pedestres, e, portanto, perigosa, principalmente para quem necessita esperar por um ônibus em um dos pontos situados ao longo da mesma nos limites abrangidos pelo bairro. Ademais, em relação aos pontos de ônibus situados dentro dos limites da avenida que fazem parte da Cidade Velha, somente um deles, situado no início da via, possui abrigo adequado para os usuários. Os outros dois pontos restantes são improvisados, situados, respectivamente, ao lado de um lava-jato e de um posto de gasolina, não havendo nenhuma indicação formal, por meio de placas de sinalização, de que naquele lugar existe, efetivamente, um ponto de ônibus.

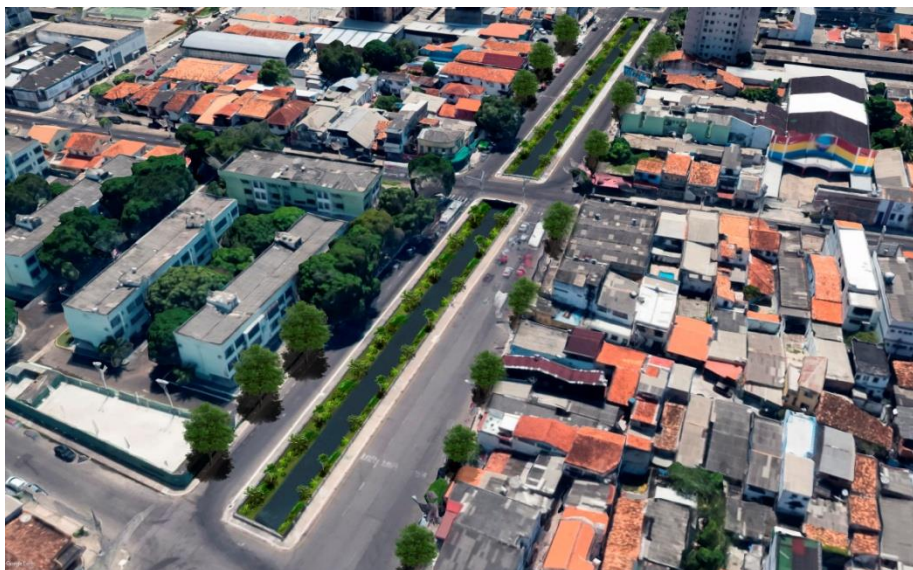


Figura 20: Estudo de intervenção no canal da Tamandaré produzido na disciplina de ecologia urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com introdução de vegetação às margens do canal. Fonte: Felipe Ferreira, 2018.

Já a Rua de Óbidos é outra via também abastecida por determinadas linhas de ônibus e pela qual circula um considerável fluxo de veículos. A via concentra comércio e serviços voltados à própria população do bairro, que costumam atrair inclusive indivíduos não residentes do mesmo. Nela existe a loja de uma grande rede de supermercados atuante na cidade, que conta também com magazine (fig. 21). O supermercado, que já existia no mesmo terreno, passou por um processo de expansão e foi reinaugurado, contando agora com três pavimentos. Cabe ressaltar que o estabelecimento é constantemente citado por pessoas entrevistadas para este trabalho como um dos principais pontos que frequentam no bairro.

Embora a via já apresentasse um considerável fluxo de pedestres e veículos antes da reinauguração do supermercado no início de 2017, tal fato incrementou a dinâmica da região, atraindo ainda mais estabelecimentos comerciais (principalmente restaurantes e vendas de alimentos) não somente para a Rua de Óbidos propriamente dita, mas também para o seu entorno, gerando uma maior “movimentação” da via, que, anteriormente após determinado horário, poderia ser descrita como “deserta e soturna”. A rua pode ser considerada movimentada em todos os turnos, mas especialmente no fim da tarde e, principalmente, à noite, quando todos os locais de venda de alimentos estão em horário de funcionamento.



Figura 21: O Supermercado Líder, localizado na Rua de Óbidos entre Ângelo Custódio e Carlos de Carvalho. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Ademais, é possível encontrar no logradouro serviços como escritórios de advocacia; um centro regional de saúde; salões de beleza; academia de ginástica; restaurantes; vendas de lanches e pontos de comércio de bairro popularmente conhecidos como “tabernas”. Nele também estão presentes dois dos três edifícios que correspondem aos maiores gabaritos existentes na referida porção (fig. 22), o que denota uma dinâmica e limites diferentes daqueles praticados na parte antiga, cujo limite máximo de altura é de até 7 metros, em contraposição ao permitido na parte recente: até 22 metros de altura (BELÉM, 1994) (fig. 23).



Figura 22: Os edifícios Montreal e Evaristo de Souza (da esquerda para a direita, respectivamente), ambos localizados na Rua de Óbidos, e o Edifício Rivoli, localizado na Rua Veiga Cabral. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 23: Anexo IV da lei do centro histórico, apresentando a delimitação do mesmo (incluindo seu entorno) e os gabaritos que devem ser praticados na área. Fonte: Belém (1994), p. 16.

Outra via importante do referido recorte é a Rua Cesário Alvim, que possui uma margem demarcando o fim da Cidade Velha e a outra, o início do bairro do Jurunas. Portanto, também é um elemento que constitui um limite físico e geográfico, o qual delimita uma divisão entre bairros (LYNCH, 1982). Nessa via, além de residências, também é possível encontrar uma variedade de comércio e serviços. São pontos principais da mesma a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (fig. 24) e o Centro Integrado de Operações - CIOP (fig. 25). Por ela transita um grande fluxo de veículos e linhas de transporte coletivo e um considerável fluxo de pedestres que costuma ser maior durante o dia, quando os estabelecimentos comerciais nela situados estão em seu horário de funcionamento.



Figura 24: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Rua Cesário Alvim. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 25: O Centro Integrado de Operações (CIOP), equipamento de segurança pública localizado na Rua Cesário Alvim, ainda dentro dos limites da Cidade Velha. Fonte: Sidney Pery, 2019.

A Avenida Bernardo Sayão também faz parte do bairro, no entanto, com apenas uma pequena parte de sua extensão total. A via promove a integração da Cidade Velha com bairros como Jurunas, Condor e Guamá (ARAÚJO JR., 2013). A Rua do Arsenal, na qual estão localizados o 4º Distrito Naval de Belém e a Praça Carneiro da Rocha (Praça do Arsenal de Marinha) (fig. 26); funciona de forma a estabelecer a integração entre o restante do bairro da Cidade Velha com a avenida. Paralela à Bernardo Sayão está localizada também a parte inicial do Portal da Amazônia, que, assim como a via, é abrangida pelos limites do recorte estudado (fig. 27).



Figura 26: A Praça Carneiro da Rocha ou Praça do Arsenal de Marinha. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 27: Trecho do Portal da Amazônia. Fonte: Sidney Pery, 2018.

Outras vias que constituem o recorte em foco do bairro são a Travessa Monte Alegre; a Rua Veiga Cabral, considerada pelo Plano Diretor como uma via coletora visto que também se estende em parte ao bairro da Campina (BELÉM, 2008); a rua de Breves; a Carlos de Carvalho e a Triunvirato. Tais vias, no entanto, são predominantemente residenciais. Entretanto, a presença de alguns pontos comerciais como bares e restaurantes existentes nas mesmas contribui para movimentá-las.

Assim, ruas existentes na porção recente do bairro tornam a população do mesmo como um todo, mas, principalmente, da porção estudada, muito bem abastecida em relação a comércio e serviços existentes próximos a suas residências, o que contribui para promover uma diminuição do deslocamento desses indivíduos

a outros bairros com o intuito de desenvolver determinadas atividades. É possível afirmar que a área estudada, desde a década passada, está vivenciando um processo de atração de novos empreendimentos com usos distintos aos de comércio e serviços (hotelaria e lazer são exemplos). Tal fato tem promovido uma dinamização das atividades desenvolvidas na vizinhança, contribuindo para a heterogeneidade do uso do solo, o que, se executado de forma correta, possui impacto positivo para o setor e seus habitantes.

3.2 A ARQUITETURA EXISTENTE NA ÁREA

Como já mencionado anteriormente, no bairro como um todo predomina o estilo eclético, o qual também está presente no recorte mais recente, ainda que a maioria das edificações seja de renovação. De acordo com Patetta (1987), o ecletismo é uma expressão da arte e da arquitetura que constitui um prosseguimento do neoclassicismo e que surge na Europa a partir do século XVIII e perdura até o início do século XX. Apesar de sua manifestação na arquitetura ocorrer por um longo período de tempo, o estilo foi bastante criticado e polemizado por vários teóricos, tendo sido considerado como algo de mau gosto, uma imitação, um pastiche de estilos do passado, incorporando elementos do neoclássico, neogótico e barroco. Assim, pelo fato de ter sido renegado pela academia, o mesmo só passou a ter as atenções de estudiosos voltadas para si a partir da segunda metade do século XX. Ainda segundo o autor:

O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto. [...] A cultura arquitetônica deleitou-se, por mais de cem anos, com o fato de ter acolhido os mais variados elementos lexicais, extraíndo-os de todas as épocas e regiões, recompondo-os de diferentes maneiras, de acordo com os princípios ideológicos [...] (PATETTA, 1987).

Assim, para entendermos o ecletismo, faz-se necessário compreender o contexto a partir do qual o mesmo foi gestado. Pevsner (1970, p. 200-202 apud. FABRIS, 1993, p. 132) reconhece na postura investigativa do iluminismo, em sua concepção da cultura como conquista, troca e mensagem, sua necessidade de rever os estímulos do passado e a multiplicidade que caracterizarão no século seguinte a matriz da atitude eclética. Destarte, remonta-se ao passado, utilizando a arquitetura produzida por povos como os gregos, egípcios e etruscos como

modelos da boa arquitetura como forma de proporcionar o surgimento de novos ornamentos e maneiras arquitetônicas (FABRIS, 1993).

Mignot (1983, p. 309 apud. FABRIS, 1993, p. 133), por sua vez, classifica o ecletismo como um movimento “duplamente retrospectivo e prospectivo”, na medida em que observa os arquitetos experimentarem novos materiais e os novos programas da sociedade industrial e descobrirem, simultaneamente, os valores arquitetônicos do passado, adaptados às exigências contemporâneas. Portanto, as razões do ecletismo devem ser consideradas levando em conta acontecimentos que marcaram a sociedade europeia.

Um desses acontecimentos é a ideologia iluminista, na qual há predomínio de uma visão racionalista em detrimento do teocentrismo bem como o posicionamento do homem como o centro para o qual as atenções deveriam ser direcionadas. O Iluminismo, por meio de palavras de ordem como “volta à natureza” e “liberdade, igualdade e fraternidade” preparou as bases para a Revolução Francesa de 1789 (KOCH, 2009), a qual, juntamente com a enciclopédia, influenciou as ideias da burguesia, que almejava uma reforma econômica e política (FARIA, 2013).

Finalmente, deve ser considerada a Revolução Industrial, a qual proporcionou a introdução de novos materiais e tecnologias; bem como a ascensão política e econômica da burguesia também teve impactos sobre a arquitetura, fazendo com que esta fosse adotada com o objetivo de expressar o humanismo que tomava conta da sociedade da época e que refletiu também em outras formas de arte. Conceitos românticos como a liberdade e individualismo do homem também passaram a ser propagados no período em questão (RISEBERO, 1986).

No entanto, se na Europa o ecletismo é o estilo próprio de uma modernidade que lida sem problemas com o passado, em relação ao contexto Brasileiro, o passado para o qual os arquitetos se voltam não é o nacional. Dessa forma, a afirmação do ecletismo no Brasil não implica em conhecimento da tradição anterior e sim o rechaço radical dos vestígios coloniais que perduravam no país (FABRIS, 1993).

Assim, é possível reconhecer que as tendências da arquitetura brasileira da segunda metade do século XIX encontravam apoio em duas correntes, da

maior importância no pensamento brasileiro da época: de um lado o positivismo, procurando estimular o desenvolvimento e o amadurecimento tecnológico no país, criando condições de receptividade para todos os aspectos da tecnologia da era industrial e, de outro, o ecletismo, propondo uma conciliação que facilitava essa transformação, assimilando as inovações aos padrões anteriores. O ecletismo foi, pois em arquitetura, conciliação e progresso, tradicionalismo e progresso ou, como se diria depois, ordem – com uma conotação determinada – e progresso (REIS FILHO, 2000, p. 185-186).

Ainda de acordo com Reis Filho (2000), o ecletismo “propunha a todos os sistemas (estilos) um tratado de paz. Ele deveria conciliá-los, guardando deles aquilo que possuísem de precioso [...]”. O autor cita o arquiteto e historiador Leonardo Benévolo, o qual afirma que:

Os estilos são considerados como costumes contingentes e acredita-se que estejam superadas todas as pretensões de exclusivismo [...]. O ecletismo não se interpreta mais como uma posição de incerteza, mas como um propósito deliberado de não encerrar-se em nenhuma formulação unilateral, de julgar caso por caso, objetiva e imparcialmente

Ademais, as condições para o desenvolvimento do ecletismo no Brasil eram peculiares, tendo em vista que a Revolução Industrial que ocorria na Europa apenas irradiava de maneira indireta sobre a economia do país. Assim, a incorporação de elementos construtivos produzidos industrialmente em larga escala (como o ferro e o vidro) e de padrões formais capazes de assimilá-los, dentro das soluções tradicionais, significava, ao mesmo tempo um avanço na tecnologia e o reforço de uma herança do tipo colonial, com dependência da metrópole (REIS FILHO, 2000).

Na região amazônica e em Belém, especificamente, o ciclo da borracha propiciou grandes mudanças culturais, as quais foram influenciadas diretamente por o que estava em voga no norte da Europa e Estados Unidos, abandonando aos poucos os modestos hábitos portugueses (DERENJI, 1993). Tais mudanças marcaram, na região, o período conhecido como *Béle Époque*, a partir do qual é possível destacar a imposição de códigos de postura quanto a condutas sociais e práticas em relação às edificações e a urbanização da cidade, como a obrigatoriedade da construção de platibandas nas fachadas e a abertura de avenidas inspiradas nos *boulevares* franceses do modelo haussmaniano, em uma política higienista que tinha o objetivo de transformar Belém na Paris n’América (SARGES, 2010). A construção se beneficiava de novas técnicas e materiais, adotando novas maneiras de implantação e se organizando de maneira

diferenciada nos interiores. Catálogos eram usados para realização de encomendas de elementos construtivos e decorativos, tendo em vista que a indústria brasileira da época ainda não era capaz de atender a tais demandas. Esse período de auge da borracha durou até 1912, ano a partir do qual a produção gomífera começou a entrar em declínio (DERENJI, 1993).

Em 1870, quando a borracha começa a subir nas cotações da bolsa, o estilo neoclássico está em franca decadência nas grandes capitais do país. A nova arquitetura da região, no entanto, somente agora irá explorar os recursos formais de tratamento de cornijas e platibandas, enriquecer-se com a louça do Porto, colorir-se de tintas suaves e vidros coloridos [...]. O eclétismo que será o símbolo, a representação arquitetônica das mudanças de comportamento trazidas pela riqueza do ciclo da borracha, usará esse neoclássico tardio como mais uma opção de escolha de estilos (DERENJI, 1993).

Portanto, o eclétismo também proporcionou tais mudanças à cidade de Belém, com sua expressão na arquitetura marcando de forma intensa o bairro da Cidade Velha, tornando-se possível reconhecer o estilo como predominante no bairro, principalmente em sua porção antiga. Ainda assim, é possível encontrar ainda na porção recente do bairro vários exemplares do eclético, como o já mencionado 4º Distrito Naval de Belém (fig. 28). Classificada como eclética pela FUMBEL, a edificação apresenta traços bastante característicos do neoclássico, sendo possível em sua leitura possível identificar o uso do ferro, em guarda-corpos e em luminárias utilizadas na fachada e em frente ao edifício; as bandeiras em portas e janelas; a presença de platibanda balaustrada e do frontão cimbrado coroando o prédio. Além disso, agregado a construção há um grande arco (semelhante aos arcos de triunfo), o qual serve como um portal que emoldura um grande portão em ferro com motivos de âncoras e estrelas.

A edificação está localizada na Praça Carneiro da Rocha, também conhecida como Praça 11 de Junho²⁹ ou Praça do Arsenal, por conta do Arsenal de Marinha. Com desenho que reproduz a simetria típica dos jardins franceses, antes de receber denominações mais recentes, a praça foi ainda conhecida como “Largo do Bagé”

²⁹ Soares (2009) afirma o nome 11 de Junho evocar a data da Batalha do Riachuelo, a qual ocorreu durante a Guerra do Paraguai, grande conflito armado internacional decorrido na América do Sul entre 1864 a 1870.

(fig. 29). O largo foi o local escolhido para ser instalado o primeiro patíbulo³⁰ da cidade, em frente ao Convento de São Boaventura. De acordo com registros, foram executados 128 condenados no local³¹ (SOARES, 2009).



Figura 28: O prédio do 4º Distrito Naval de Belém e os detalhes do portal e do portão em ferro. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 29: O Largo do Bagé e hoje Praça Carneiro da Rocha (ou do Arsenal), ano desconhecido. Fonte: <https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/1794693907418475>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Em relação à Praça, seu centro é ornamentado pelo busto do Almirante Tamandaré (fig. 30), considerado patrono da Marinha, o qual nomeia também a

³⁰ Segundo o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, o vocábulo “patíbulo” designa um “estrado alto ou lugar onde se erguem os instrumentos de suplício (forca, guilhotina, etc.) ou se aplica a pena capital”.

³¹ De acordo com Soares (2009), “na capital da Província do Grão-Pará, a pena de morte – cominada para a maioria dos delitos – era de aplicação bem comum”. Essa situação mudou somente a partir de 1890, quando a pena capital foi legalmente abolida com o Código Penal da República.

avenida. Igualmente, um espaço em uma das margens da avenida foi chamado oficialmente de Praça Heróis da Marinha, a qual homenageia personagens considerados heróis da Batalha do Riachuelo. O tributo é prestado na forma do busto de Almirante Barroso (fig. 31) e um grande mural de concreto com as efígies de quatro personagens importantes da Batalha: os almirantes Tamandaré e Barroso, o guarda-marinha Greenhalgh e o marinheiro Marcílio Dias, respectivamente (fig. 32) (SOARES, 2009).



Figura 30: Busto de Almirante Tamandaré, datado de 1947. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 31: Busto de Almirante Barroso e sua localização na Praça Heróis da Marinha. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 32: Mural de concreto com as efígies dos quatro heróis da Batalha do Riachuelo, acompanhadas por um escrito de Augusto Meira. Fonte: Sidney Pery, 2019.

As homenagens na forma de bustos e do mural acabam por constituírem monumentos, visto que, segundo Le Goff (2003), o monumento é um sinal do passado, sendo capaz de evocar o mesmo e perpetuar sua recordação. Assim, monumento também é documento ao constituir um legado à memória coletiva das sociedades históricas. Da mesma forma, Riegl (2014) afirma que o valor histórico de um monumento refere-se a “tudo aquilo que foi e não é mais nos dias de hoje” sendo possível relacionar, além do valor histórico, o valor volúvel a tais monumentos, o qual está relacionado à intenção dos idealizadores de uma obra (no caso, os monumentos) em dotar um fato ou personagem de atemporalidade. Ademais, o valor de rememoração intencional, o qual, segundo o autor projeta sobre o monumento “nada menos [...] que a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original”, também pode ser relacionado aos tributos existentes nas praças.

Ainda em frente a um dos lados da Praça Carneiro da Rocha, está localizado o Atrium Quinta de Pedras Hotel (fig. 33). A edificação de estilo colonial datada de 1794 abrigava anteriormente o Colégio Padre Guido Del Toro e passou mais de uma década fechada após a transferência das atividades da escola para o

município de Ananindeua. Hoje pertencente à Diocese de Ponta de Pedras, o imóvel foi restaurado contando com o apoio do BNDES³². Aberto ao público em junho de 2015, o complexo possui 60 suítes localizadas em duas edificações: uma mais antiga, construída ainda no século XVIII, e outra mais recente, construída a partir de 2004. Além de hotelaria, o complexo oferece também cursos profissionalizantes destinados a jovens que possuem baixa renda.

O caso do hotel é capaz de ilustrar os postulados de Choay (2000), que aponta como instrumentos de valorização do patrimônio o restauro e a reutilização. Choay, no entanto, ressalta que os dois instrumentos mencionados, assim como outros possíveis de serem aplicados, devem ser bastante estudados antes de sua adoção, pois, sua incorreta aplicação pode resultar na produção de falsos históricos ou na exclusão de determinadas camadas da sociedade em relação ao acesso ao patrimônio, casos que não parecem ser o do hotel. A reutilização constitui uma importante maneira de integrar um monumento à contemporaneidade com a atribuição de um novo destino ao mesmo.



Figura 33: O Atrium Quinta de Pedras Hotel. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Outra edificação localizada nas redondezas da praça e que possui uma arquitetura notável é um prédio que no inventário da FUMBEL consta como sede da “Bagé Ferro e Aço”. Atualmente, no entanto, da edificação resta apenas a

³² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

fachada, a qual funciona como “muro”. Ao lado da mesma existe outra que também possui traços ecléticos. Ambas, porém, podem ser encontradas em ruínas, sendo vítimas das intempéries e do vandalismo (fig. 34).



Figura 34: Edificações em estado de abandono localizadas próximo à Praça Carneiro Soares. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Uma edificação eclética que também sofre com o descaso é a situada na Rua Cesário Alvim entre Travessa Monte Alegre e Rua de Breves (fig. 35). Atualmente abrigando uma borracharia, no entanto, a mesma pode ser encontrada em estado um pouco melhor em comparação com as da Praça Carneiro Soares, mencionadas anteriormente, pelo fato de não estar abandonada.



Figura 35: Edificação que atualmente abriga uma borracharia na Rua Cesário Alvim. Fonte: José Vasconcelos, 2015.

O ecletismo marca também o estilo de algumas mercearias existentes no recorte trabalhado do bairro. É o caso de duas delas: uma situada na Rua do Arsenal, próxima ao 4º Distrito Naval e a outra na Rua Cesário Alvim esquina com a Rua Carlos de Carvalho, respectivamente (fig. 36). Ambas podem ser classificadas como ecléticas, no entanto, possuem alguns traços de modernidade em suas fachadas como o frontão simplificado típico do *art déco* e o que parecem ser aberturas para ventilação (primeiro caso).



Figura 36: As mercearias: a primeira, situada na Rua do Arsenal com a de Óbidos e a segunda na Rua Cesário Alvim. Fonte: José Vasconcelos, 2015.

Outra edificação que já abrigou vários pontos comerciais, incluindo uma mercearia e um salão de beleza está localizada na Rua Veiga Cabral esquina com a Bom Jardim. A edificação faz parte de um conjunto formado por outras duas casas, o que pode ser percebido pelo fato de a platibanda do todo possuir a mesma altura (fig. 37). Atualmente a edificação da esquina aparenta estar sem uso.



Figura 37: O conjunto de edificações localizado na Rua Bom Jardim esquina com a Veiga Cabral. A edificação da esquina atualmente aparenta estar sem uso. Fonte: José Vasconcelos, 2015.

Ainda em relação a edificações ecléticas situadas no recorte e que abrigam ou abrigaram pontos comerciais, é possível citar o exemplo de uma padaria localizada na Av. 16 de Novembro (fig. 38), ainda bastante conservada, apesar das modificações feitas para atender ao uso comercial. Em sua fachada é possível identificar o uso de balaústre na porção chanfrada, detalhes em estuque, a técnica da rusticação, o uso de frontões encimando as janelas, bem como o uso do vidro e de bandeiras, além de um frontão com traços que lembram o barroco, o qual possui pequenas volutas, encimando a edificação.



Figura 38: A panificadora 16 de Novembro, localizada na avenida de mesmo nome. Ao fundo é possível notar o Ed. Rio Colorado, considerado alto para os padrões da área. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Também localizada na Av. 16 de Novembro, outra edificação de destaque pertencente ao eclético é um conjunto formado por três pontos comerciais e uma residência (fig. 39). Em suas fachadas é possível identificar a união de diferentes elementos como os frontões, a platibanda adotada pelas construções ecléticas do período e linhas que parecem seguir uma tendência protomodernista. Ademais, as modificações, como a abertura de vãos e a adoção de toldos para adequar a edificação ao uso atual também é perceptível, assim como infelizmente é possível perceber a depredação por meio de pichações.



Figura 39: As duas fachadas do conjunto. Fonte, Sidney Pery, 2019.

Quanto ao ecletismo presente em edificações utilizadas por instituições é possível citar como exemplo dois prédios pertencentes à Justiça Militar do Estado, sendo um deles um anexo, ambos localizados na Av. 16 de Novembro. Neles é possível identificar a platibanda balaustrada, o uso do ferro nos guarda-corpos e um frontão que, assim como o da panificadora situada na mesma avenida, remete ao barroco. Ainda em relação ao uso institucional de edificações, vale ressaltar uma edificação que, no entanto, possui características coloniais, a qual abrigou até 2018 a sede da Casa da Mulher, situada na Travessa Bom Jardim. Nela é possível notar

uma platibanda elevada, arcos emoldurando as portas e janelas e o uso do ferro em grades. Ambas as edificações possuem porão (fig. 40).



Figura 40: Acima, os prédios pertencentes a Justiça Militar do Estado, localizados na Av. 16 de Novembro e abaixo, o prédio que serviu como sede da Casa da Mulher, na Trav. Bom Jardim. Fonte: Sidney Pery, 2019.

O eclético está presente também nas edificações residenciais. Em dois exemplares localizados na Av. 16 de Novembro, é possível observar platibandas, detalhes em estuque, rusticação e a presença de porões. Em um exemplar localizado na Rua Veiga Cabral, é possível identificar o emprego de azulejos na fachada, bem como a transformação de um porão habitável em garagem. Já em outro exemplar, desta vez localizado na Travessa Carlos de Carvalho, uma residência com platibanda no formato de frontão cimbrado possui linhas neoclássicas e emprega também traços protomodernos. Todas são edificações que no momento podem ser encontradas em um bom estado de conservação (fig. 41).



Figura 41: Acima, as edificações localizadas na Av. 16 de Novembro. Abaixo, à esquerda, a localizada na Rua Veiga Cabral e à direita, a localizada na Trav. Carlos de Carvalho. Fonte: Sidney Pery: 2019.

Outra edificação residencial eclética está localizada na Travessa Bom Jardim (fig. 42). No entanto, a mesma possui descaracterizações como a retirada de parte da platibanda para a colocação de uma grade, aparentemente por motivos de segurança e adições como a construção de um segundo pavimento, o que também implicou na atual forma da platibanda e a colocação de claraboias. Além disso, a casa foi cercada com grades, houve a instalação de um toldo e a implantação de uma garagem, visto que a edificação está relativamente afastada ao alinhamento em comparação com as residências vizinhas.



Figura 42: Residência na Trav. Bom Jardim. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Um complexo que se destaca em relação às edificações vizinhas quanto à arquitetura e continua sendo um marco na área é a Villa Loriga (fig. 43), localizada na rua Ângelo Custódio. De estilo eclético, o conjunto é composto por oito casas, sendo que algumas delas já se encontram descaracterizadas, com a abertura de vãos que não fazem parte da configuração original, a colocação de *brises soleils* e a adição de grades e um toldo.

No entanto, a manutenção do conjunto é realizada regularmente pelos moradores, o que o mantém parcialmente conservado, visto que as duas últimas edificações, mais próximas da esquina, aparentam estar sofrendo descaso, com vegetação e limo começando a tomar conta das mesmas. A edificação chanfrada da esquina da Rua Ângelo Custódio com a Veiga Cabral já abrigou uma mercearia, um bar e um antiquário, estando atualmente ociosa. É possível ler no alto da edificação, acima da porta, o número “1916”, o que pode indicar o provável ano de construção da mesma.

Algo interessante de ser frisado é que, apesar de algumas descaracterizações, as edificações que compõem a vila atualmente ainda se encontram íntegras quanto à estrutura. No entanto, nos arquivos da FUMBEL, duas delas foram, por alguma razão, catalogadas como demolidas segundo registros datados de 1994.



Figura 43: A Villa Loriga e o detalhe da inscrição “1916” na construção. Fonte: Sidney Pery/ Google Maps, com modificações feitas pelo autor, 2019.

O bar que existiu na Vila foi do Sr. José Vasconcelos, que em 1998 resolveu alugar o espaço e transformá-lo no “Zeca’s Bar”, o qual, no entanto, funcionou por apenas três meses. A edificação já passou por diversos donos e possui modificações

em seu interior. Ao lado da mesma existia um açougue, como atestam em seus relatos o Sr. José e D. Heloísa.

As tendências modernizantes também marcam presença no recorte, com a ausência de adornos e simplificação e geometrização das fachadas, algumas incorporando linhas típicas do *art déco*, outras com linhas mais retas e adotando elementos como as marquises. É interessante notar que algumas delas possuem porão alto, o qual foi modificado para abrigar garagens (fig 44).



Figura 44: 1 - residências com traços de modernidade mais ligados ao *art déco* e ao protomoderno localizadas na Av. 16 de Novembro; 2 – residência situada Av. 16 de Novembro; 3 - residências com traços protomodernos na Travessa Carlos de Carvalho; 4 – tendência modernizante observada em casa também localizada na Av. 16 de Novembro. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Segundo Marques e Miranda (2009), o modismo modernista em Belém pôde ser traduzido nas construções por meio de elementos decorativos como:

Mosaicos em forma de raios coloridos preenchendo as empenas; molduras de janelas com laterais inclinadas; pestanas protegendo portas e janelas; telhado inclinado para dentro do terreno, com parte do telhado aparente, compondo um pequeno beiral em ângulo obtuso com a parede da fachada (telhado mariposa); painéis em combongós cimentados rústicos ou esmaltados em cores fortes; colunas finas arranjadas em “V” como apoio de marquises e coberturas.

O protomoderno pode ser definido como uma arquitetura de transição, se constituindo em uma linguagem pós-eclética e pré-moderna, englobando estilos como o *art déco* e o racionalismo clássico europeu. Tendo sua idealização iniciada na Europa a partir do fim do século XIX, a arquitetura protomoderna começou a ser colocada em prática no início do século XX, atingindo seu auge na década de 1920 e o declínio a partir da década de 1940, em meio à 2ª Guerra Mundial. Em Belém

particularmente³³, o *art déco* e o racionalismo clássico europeu dividiram espaço com o ecletismo tardio e o neocolonial principalmente no período de 1930 a 1950 (BLANCO; CAMPOS NETO, 2003). Marques e Miranda (2009), afirmam ainda que:

Durante o século XIX, o gosto Neoclássico se expressou na Arquitetura de Belém através do revestimento das fachadas em azulejos portugueses, ingleses e holandeses. Foram construídas vilas de casas com platibandas encobrindo os telhados e paredes adornadas com padrões cerâmicos decorativos. O emprego dos azulejos foi rejeitado nas primeiras décadas do século XX, sendo considerado ultrapassado, e as reformas modernizantes os aboliram, como podemos observar em exemplares do bairro mais antigo de Belém, a Cidade Velha. O padrão escolhido entre as décadas de 40 e 50 foi o *déco*, com linhas retas e decoração discreta.



Figura 45: 1 - conjunto de casas com tendência modernizante localizadas na Rua Ângelo Custódio; 2 - duas edificações de mesma tendência localizadas na Av. 16 de Novembro; 3- ponto comercial localizado na Rua Cesário Alvim. Fonte: Sidney Pery, 2019.

A Travessa Monte Alegre também possui edificações com tendências modernizantes, embora uma delas, a Vila Monte Alegre, esteja em estado de abandono, não sendo ocupada por habitantes e estando à mercê das intempéries e da vegetação (fig. 46). No mesmo trecho da via, situado entre a rua de Óbidos e a Av. Almirante Tamandaré, uma residência térrea com traços protomodernos está

³³ As características da estética *art déco* e do racionalismo clássico em Belém foram: valorização das esquinas, articulação e escalonamento de planos, divisão do edifício em três partes (base, corpo e coroamento), equilíbrio volumétrico, predomínio dos cheios sobre os vazios, uso de tecnologias e processos construtivos modernos (elevador, no caso de edifícios; concreto armado; sistemas hidráulicos e elétricos) e integração arquitetura/interiores/design (BLANCO; CAMPOS NETO, 2003).

sendo demolida para dar lugar à uma nova, com dois pavimentos (fig. 47). Este é mais um exemplo que atesta as modificações as quais a paisagem do recorte vem sofrendo e denota a fragilidade a que os últimos exemplares de uma época estão sujeitos.



Figura 46: A Vila Monte Alegre, localizada na travessa de mesmo nome. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 47: À esquerda, edificação protomoderna situada na Trav. Monte Alegre sendo demolida em agosto de 2019, restando apenas a fachada. À direita, nova construção sendo erguida no lugar em novembro de 2019. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Merece destaque também a existência de edificações que incorporam a estética do Raio que o Parta, a qual resiste no bairro mesmo em meio a tantas renovações. Marques e Miranda (2009) abordam o surgimento desse termo bem como suas características:

Como a maioria dos lotes do centro da cidade é estreita (em média 6 metros), não havia outra alternativa de cobertura que a de duas águas no sentido longitudinal, surgindo uma nova versão do telhado mariposa, invisível externamente, e que resultava na empena exageradamente alta em função da inclinação necessária à telha de barro. Da decoração dessa empena surgiu a linguagem jocosamente apelidada de “Raio que o Parta”,

que tinha como característica a decoração em mosaicos de azulejos em formas inclinadas, semelhantes a raios. Os desenhos eram elaborados por engenheiros ou desenhistas, aplicando composições de formas geométricas que lembram as experimentações estéticas de grupos de artistas como os neoconcretistas cariocas.

Ainda em relação ao surgimento do termo, Barcessat (1993), afirma que, segundo o arquiteto Paulo Cal, a casa “Raio que o Parta” teria surgido devido à quebra de muitos azulejos no transporte ao longo do trecho Belém-Brasília, em virtude das péssimas condições de manutenção da rodovia. Assim, os revendedores, para não perderem o material, sugeriam aos proprietários a decoração de suas fachadas com composições que utilizassem os cacos, os quais, no caso, eram mais baratos que o azulejo inteiro.

Um exemplo de construção que incorpora a estética é a residência encontrada na Alameda Maria Luiza entre rua Ângelo Custódio e Carlos de Carvalho, a qual possui uma fachada que utiliza pedaços de azulejos coloridos para formar um mural que contém motivo geométrico. É interessante observar a casa ao lado, na qual o pavimento superior em madeira foi mantido mesmo com a construção de um pavimento térreo em alvenaria (fig. 48). O uso de materiais como a madeira ainda é comum em algumas residências mais modestas existentes no bairro.



Figura 48: 1 – casa com estética Raio que o Parta localizada na Alameda Maria Luíza; 2 – casa que possui fachada com linhas geométricas localizada na Rua Veiga Cabral. Fonte: Sidney Pery, 2019.

O estilo neocolonial também está presente no recorte, com a existência de duas residências que o incorporam. Uma delas está situada na rua Veiga Cabral, e

sua fachada possui elementos característicos como pinhas e o uso de azulejos, bem como o emprego de balaustrada. A residência, no entanto, parece pertencer a um período mais recente (fig. 49). Outro exemplar está localizado na rua de Óbidos, em frente ao Supermercado Líder (fig. 50) e, da mesma forma, parece pertencer a um período relativamente recente. Uma característica comum a ambas as residências é o beiral e o telhado em ponta com várias águas.



Figura 49: Residência com características neocoloniais situada na rua Veiga Cabral esquina com a Trav. Carlos de Carvalho. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 50: Residência com características neocoloniais situada na rua de Óbidos. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Uma construção que emprega o estilo neocolonial associado a traços do protomodernismo é a sede do antigo Café Glória, que originalmente realizava a torrefação de café para revender a mercados do bairro e fora dele. O Café Glória foi um empreendimento criado pelo imigrante português Manoel Reis, que chegou a

Belém em 1910, aos 13 anos de idade. Após se estabelecer em terras paraenses, Manoel trabalhou como comerciante até inaugurar o Café, o qual estava localizado no entorno do Ver-o-Peso, próximo à Praça do Relógio. O estabelecimento era um lugar reconhecido pela qualidade de seu produto (o slogan do negócio à época era “Café Glória, o resto é história”), o qual era processado no próprio local, desde a torrefação. Além disso, era conhecido também por ser um ponto de encontro da elite política da cidade durante as décadas de 1940, 50 e 60. Após a morte de Manoel Reis, em 1961, seu filho Orlando passou a administrar os negócios da família. O comércio funcionou nesta localização até a década de 1980 (FERREIRA, 2011).



Figura 51: Publicidade do Café Glória feita em carro som, onde é possível ler “Beba Café Glória”. Fonte: Nostalgia Belém/ Acervo Tonhão Sonorização, ano desconhecido.

A sede do café (fig. 52), localizada na Rua de Óbidos, abrigava tanto a torrefação (inicialmente artesanal e posteriormente industrial) quanto a residência da família. O complexo constitui “um exemplo vivo da história portuguesa em Belém” (FERREIRA, 2011). Arquitetonicamente, a edificação incorpora elementos como os vãos em forma de arco do neocolonial e os cobogós do protomoderno, alguns destes possuindo formas geométricas de triângulos. É possível identificar ainda na “leitura” da edificação, elementos como uma voluta, referente ao barroco (fig. 53).

No entanto, apesar de suas características, a edificação não está incluída no registro de edificações de interesse à preservação da FUMBEL. Apesar disso, a sede do antigo Café possui valor afetivo para vários dos moradores mais antigos da área. Portanto, se demolido certamente acarretaria em uma grande perda não somente

para a memória, mas também para a ambiência da rua, visto que o mesmo está situado no mesmo lugar há várias décadas: mesmo com as mudanças e a chegada de novos empreendimentos como o Supermercado Líder, construção vizinha que possui dimensões que a destacam em relação aos outros imóveis do entorno, o antigo Café Glória se destaca das outras edificações existentes na rua pelo seu estilo peculiar, que acaba tornando o mesmo um marco no local por remeter à memória dos antigos moradores do bairro (principalmente a olfativa). A Vila São Martinho (fig. 55), localizada na rua Ângelo Custódio e vizinha ao Café Glória, também possui características neocoloniais, contando com um portal o qual tem, em sua cobertura, um telhado em ponta.



Figura 52: A sede do antigo Café Glória, localizado na Rua de Óbidos. Fonte: Sidney Pery, 2019.



Figura 53: Vista do interior do complexo, onde é possível observar melhor a construção principal. Fonte: José Vasconcelos, 2014.



Figura 54: Vista do jardim outrora bem cuidado do Café. Fonte: José Vasconcelos, 2014.



Figura 55: Portal de entrada da Vila São Martinho. Fonte: Sidney Pery, 2019.

Em relação ao inventário de bens de interesse à preservação elaborado pela FUMBEL, é importante destacar que o mesmo abarca imóveis que realmente foram demolidos na área, com um grande número de exemplares pertencendo ao protomoderno, a exemplo de um conjunto de casas geminadas localizado na Travessa Bom Jardim (Fig. 56).

Da mesma forma, é possível encontrar nos registros, edificações ecléticas que foram demolidas, embora essas constem em menor número, como, por exemplo, uma edificação localizada na Rua de Óbidos e que, segundo os registros da FUMBEL, foi demolida no dia 2 de agosto de 2004, constituindo, portanto, uma perda relativamente recente (Fig. 57).



Figura 56: Edificações protomodernas demolidas localizadas na Travessa Bom Jardim. Fonte: Aldine Cavalcante, FUMBEL, 1994.



Figura 57: Edificação eclética demolida em agosto de 2004 localizada na Rua de Óbidos. Fonte: Stella Brito, FUMBEL, 1994.

Dessa forma, preservar os exemplares restantes capazes de perpetuar a produção material da sociedade em determinada época, tal qual postulado por Le Goff (2003), significa permitir que as gerações futuras conheçam de forma mais aprofundada a história do bairro (e da cidade), algo extremamente necessário para que não somente os futuros cidadãos como também os do presente tenham conhecimento de sua própria história e sintam que fazem parte de todo esse conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pretendeu conceder destaque à uma parte da Cidade Velha que normalmente não possui o devido reconhecimento por conta de a carga histórica que a parte antiga do bairro carrega acabar, na maioria das vezes, atribuindo o caráter “antigo” ao mesmo como um todo. No entanto, existe uma porção recente a qual possui uma história que merece ser contada. O fato de o recorte escolhido como objeto de estudo ser confundido por vezes como parte integrante de um bairro vizinho, o bairro do Jurunas, apenas confirma a necessidade de projetar a luz sobre o mesmo.

Apesar de a porção recente não contar com a mesma quantidade de imóveis com interesse a preservação existentes na porção antiga, tal fato não a torna menos merecedora de ter seus imóveis resguardados ou de ter a devida atenção por parte dos órgãos preservacionistas. Por meio dos exemplares arquitetônicos aqui demonstrados, pôde ser constatado que as atuais políticas para a área ainda são insuficientes para garantir a preservação de tais edificações e, conseqüentemente, da memória do bairro e de seus moradores. Ademais, esta discussão adentra em outra problemática possível de ser desenvolvida: por que algumas edificações ou estilos possuem maior valor que outros, como em uma hierarquia, se, no fim, todas as edificações dotadas de algum valor arquitetônico são capazes de contar a história não somente do bairro como também a da cidade?

Por meio da contextualização histórica realizada a partir da pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que, ainda que as duas partes do bairro possuam diferentes características e dinâmicas atuando sobre seus domínios, as mesmas possuem uma relação de proximidade e coexistência desde o período de fundação do bairro até os dias atuais. Da mesma forma, moradores da porção recente continuam usufruindo dos serviços oferecidos pela antiga e vice-versa. Destarte, é possível admitir que o antigo pode sim conviver em harmonia com o novo.

A utilização do método etnográfico para a realização de entrevistas com moradores do bairro e técnicos do patrimônio também foi de fundamental importância para este trabalho. O contato estabelecido com os habitantes e a “tradução” de suas percepções a respeito do local onde moram foi essencial para a compreensão das diferentes maneiras como um mesmo espaço pode ser

apropriado por diferentes indivíduos e igualmente dotado de diferentes significados pelos mesmos. A ligação que os moradores possuem com o bairro adquire uma conotação afetiva, fazendo com que eles o adotem como seu lar, com o qual, apesar de vários problemas enfrentados, não pretendem romper os laços.

Outrossim, compreender o ponto de vista dos técnicos também se fez importante para entender a perspectiva de alguém que possui certa distância do objeto a ser trabalhado, o tratando de maneira objetiva. Apesar das diferentes diretrizes existentes em cada um dos órgãos de preservação, foi importante compreender que a integração entre as diferentes instâncias e entre técnicos e moradores é sempre buscada com o objetivo de resguardar o patrimônio e a história, ainda que tal integração nem sempre seja tão facilitada.

Como forma de continuar o trabalho aqui iniciado, uma investigação mais aprofundada, adentrando o interior de uma ou mais edificações aqui abordadas poderia ser feita. Igualmente, um estudo mais aprofundado a respeito da paisagem da área poderia ser conduzido. No entanto, é possível dizer que o objetivo principal do trabalho, o qual consistia em trazer à tona o referido recorte e fornecer as bases necessárias para o estudo do mesmo, foi cumprido, contribuindo, portanto, para uma melhor compreensão a respeito da história da cidade de Belém e sua produção arquitetônica, mas, principalmente, a respeito do bairro da Cidade Velha, o qual não está limitado ao “antigo”, possuindo assim, uma outra (ou múltiplas) facetas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Publicações

ARAÚJO JR., Antônio Carlos Ribeiro. Apropriação e usos do litoral urbano em Belém-Pará: Portal da Amazônia em questão. In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**, vol. 25, p. 183-189. São Paulo, 2013.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio corografico sobre a Província do Pará**. Belém: Typ. Santos & Menor, 1839.

BARCESSAT, Márcia et ali. **Arquitetura de Belém de 40 a 80**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1993. p.57-58.

BLANCO, Giovanni; CAMPOS NETO, Candido Malta. Redescobrimo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. **Arquitextos**, São Paulo, ano 03, n. 032.08, Vitruvius, jan. 2003. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.032/719>>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

CARVALHO, Ronaldo Marques de; MIRANDA, Cybelle Salvador. Dos mosaicos às curvas: a estética modernista na Arquitetura residencial de Belém. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 112.05, Vitruvius, set. 2009. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/25>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

COELHO, André. Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850 – 1920): aspectos sociais e programa distributivo. In: PESSOA, ANA; MALTA, Marize (Org.). **Anais do II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores**. Rio de Janeiro: FCRB, 2016.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Vol I. Belém: UFPA, 1973. (Col. Amazônica, Série José Veríssimo).

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: Significado histórico de suas denominações**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

DERENJI, Jussara. Arquitetura eclética no Pará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

DUARTE, Cristiane Rose S. **Cultura, subjetividade e experiência: dinâmicas contemporâneas na arquitetura**. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – I ENANPARQ. Rio de Janeiro, 2010.

ECKERT, Cornélia. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In: SILVEIRA, Flávio Abreu da; CANCELA, Cristina Donza (Org.). **Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: EDUFPA, 2009.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.1, n.1, p. 131-143, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5279>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

FARIA, Maria Beatriz Maneschy. **Arquitetura residencial eclética em Belém do Pará (1870-1912): Um estudo da gramática das fachadas**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, 2013.

FERREIRA, Jaqueline. Portugueses, os empreendedores. **Diário do Pará**, Belém, 12 jun. 2011. Caderno Belém, n.p.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. Tradução de Neide Luzia de Rezende. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1996.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et. al]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: 1982, Martins Fontes.

MALARD, Maria Lucia. **As Aparências em Arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MERGULHÃO, Pedro Tarcio Pereira. **A paisagem negada, transformada, (re) descoberta, e a paisagem desejada na contemporaneidade “amazônida”**. In: 3º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2014.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues>>. Acesso em: 19 set. 2019.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Estudo de geografia urbana**. Vol I. Belém: UFPA, 1968 (Col. Amazônica, Série José Veríssimo).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

RIEGL, Alois. **O Culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RISEBERO, Bill. **La arquitectura y el diseño modernos**. Madrid: Editora Hermann Blume, 1986.

ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Revista Iluminuras**. Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 44. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **História da cidade de Belém: intervenções urbanísticas**. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís, 2016.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SOARES, Elizabeth Nelo (org.). **Largos, coretos e praças de Belém**. Brasília, DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Região, bairro e setor geográfico. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Albergue: uma proposta de turismo e sustentabilidade no Centro Histórico de Belém**. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2010.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Legislação, relatórios e publicações da Administração Pública

BELÉM. **Lei Ordinária N.º 7245 de 24 de janeiro de 1984**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/1984/724/7245/lei-ordinaria-n-7245-1984-delimita-as-areas-que-compoem-os-bairros-de-belem-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 18 de set. 2019.

_____. **Governo Alacid Nunes (1966 – 1971): Saneamento dos canais de Belém**. Publicado no Diário Oficial do Estado de 23 de maio de 2016.

_____. **Lei Ordinária N.º 7709 de 18 de maio de 1994**. Disponível em <<http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **Lei Ordinária N.º 7806 de 30 de julho de 1996**. Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt_lei_bairros.htm>.

Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **Lei Ordinária N.º 8655 de 30 de julho de 2008**. Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1499>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 54 de 8 de maio de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 2012, Seção 1, p. 15.

Sites consultados

<http://agenciabelem.com.br/clipping/detalhes/101470>. Acesso em 03 dez. 2019.

<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=25&conteudo=2747>. Acesso em: 22 set. 2019.

<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=18&conteudo=3205>. Acesso em: 24 abr. 2019.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/projetos-apoiados/hotel-escola-quinta-pedras/hotel-escola-quinta-pedras>. Acesso em 03 dez. 2019.

<http://grupocata.com.br/a-empresa/>. Acesso em: 24 set. 2019.

<https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2019.

https://www.icbsena.com.br/revista.php?id_revistas=23. Acesso em: 24 set. 2019.

http://www.lealmoreira.com.br/revista/guia/quinta_de_pedras. Acesso em 03 dez. 2019.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1216/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

<https://www.projetcircular.com.br/o-projeto/carta-principios/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

<https://xipaia.wordpress.com/2009/11/08/siqueira-mendes-no-inicio-rua-do-norte/>.
Acesso em 16 ago. 2019.

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/intranet/framework/view/upload/Mercado%2014-6-2015.pdf>. Acesso em 03 dez. 2019.